

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS**1) Apresentação**

A Câmara Municipal de Santos desempenha um papel fundamental na representação da população, elaboração de leis, fiscalização dos atos do Executivo e promoção do debate público sobre temas de interesse da cidade. Para o ciclo 2026-2029 do Plano Plurianual (PPA), este diagnóstico setorial tem como objetivo identificar os desafios, oportunidades e diretrizes estratégicas para aprimorar o desempenho do Poder Legislativo municipal. **2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências**

Nos últimos ciclos do PPA, a Câmara Municipal de Santos enfrentou desafios estruturais e operacionais que impactaram sua eficiência e efetividade. Os principais problemas identificados incluem:

- Deficiência na infraestrutura tecnológica
- Desafios na execução orçamentária
- Falta de capacitação contínua
- Ausência de indicadores de desempenho legislativo

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Com base nas deficiências identificadas, algumas diretrizes e oportunidades podem ser exploradas para fortalecer a atuação da Câmara Municipal de Santos no período 2026-2029:

- Ampliação da transparência e participação cidadão
- Investimento em modernização tecnológica
- Melhoria na execução orçamentária
- Capacitação contínua
- Criação de indicadores de desempenho legislativo

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS**1) Apresentação**

O Gabinete do Prefeito Municipal de Santos é responsável por coordenar e articular diversas unidades e departamentos essenciais para a administração da cidade. Dentre suas funções, destacam-se:

- **Gabinete da Vice-Prefeita (GVP):** Presta assessoria direta à Vice-Prefeita no planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas, garantindo atendimento à população e suporte ao Gabinete do Prefeito, além de representá-lo quando necessário.
- **Departamento de Registro de Atos Oficiais (DERAT):** Responsável pela formalização e registro de contratos, convênios e outros instrumentos assinados pela Prefeitura de Santos, além do envio de dados aos órgãos de controle. Atua também na esfera legislativa, recebendo autógrafos da Câmara, encaminhando projetos de lei e formalizando leis e decretos.
- **Fundo Social de Solidariedade:** Promove a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população carente por meio da Solidariedade Educativa e da geração de renda, contribuindo para a redução das desigualdades sociais no município de Santos.
- **Comissão de Inquéritos e Sindicâncias (COMINQ):** Responsável pela condução de procedimentos disciplinares e administrativos no município.
- **Departamento de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (DEPODS):** Implementa e monitora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhados à Agenda 2030.
- **Coordenadoria de Transparência (COTRANSP):** Supervisiona as políticas de transparência municipal e promove a acessibilidade à informação pública.
- **Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSBA/SANTOS):** O FMSBA/SANTOS é um mecanismo destinado à captação e gestão de recursos para o financiamento de programas, projetos e ações voltadas ao saneamento básico e ambiental do município de Santos. Seu objetivo é ampliar a infraestrutura de saneamento.

2) Análise Retrospectiva:

Foram identificadas oportunidades de melhoria para aumentar a eficiência dos serviços prestados.

Destacam-se:

- **Ampliação do quadro de servidores e melhoria da infraestrutura física.**

- **Otimização de fluxos de trabalho, modernização de sistemas digitais e padronização das informações para maior transparência.**
- **Expansão de equipamentos para capacitação profissional e fortalecimento de parcerias.**

3) Análise Prospectiva:

Para o próximo ciclo de planejamento, algumas ações estratégicas foram identificadas como essenciais para aprimorar a eficiência e o impacto dos serviços oferecidos pelo Gabinete do Prefeito:

Modernização e Investimento em Tecnologia

- Implementação de novas ferramentas tecnológicas para automação e gestão de processos no **DERAT**.
- Avaliação da substituição do sistema digital da **COMINQ** para um modelo mais eficiente, como o e-SAJ.
- Desenvolvimento de um **Plano Municipal de Transparência** e aprimoramento das ferramentas de acesso à informação no **COTRANSP**, garantindo maior controle e engajamento da população.
- Criação de solução digital para monitoramento dos ODS no **DEPODS**, facilitando o acompanhamento e avaliação dos indicadores de desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da Infraestrutura e Recursos Humanos

- Contratação de novos servidores.
- Política de capacitação e treinamento para servidores das unidades ligadas ao Gabinete, visando melhorar a eficiência e a qualificação técnica. **Expansão de Parcerias e Projetos Sociais**

- Ampliação dos cursos de qualificação do **Fundo Social de Solidariedade**, mediante aquisição de novos equipamentos e busca ativa de parcerias com empresas e entidades privadas.
- Expansão das ações do **DEPODS** para fortalecer a cultura dos ODS em toda a administração pública e na sociedade santista.
- Maior articulação com o setor privado para fomentar doações e patrocínios a projetos sociais, visando ampliar o impacto das políticas públicas.
- **Análise Prospectiva - Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSBA/SANTOS)**
- **Metas e Execução:** O fundo prevê a implementação de projeto para saneamento e limpeza pública, incluindo a coleta de lixo.

DIAGNÓSTICO SETORIAL

Plano Plurianual 2026 a 2029

- A meta física estabelece a execução de um projeto para o ano entre 2026 e 2029.
- **Indicadores e Mensuração:** As ações serão mensuradas em unidades físicas (quantidade de projetos e toneladas de lixo coletadas), além do percentual de execução orçamentária.
- **Alinhamento com ODS 6 (Água Potável e Saneamento):** O programa está alinhado à meta 6.2 da ONU, que busca garantir acesso universal a saneamento e higiene adequados.

Este diagnóstico oferece o panorama das necessidades e potencialidades dos órgãos vinculados ao Gabinete do Prefeito, servindo como base para a definição de investimentos e ações estratégicas no PPA 2026-2029.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**1) Apresentação**

A Secretaria Municipal de Finanças e Gestão tem como principal função auxiliar o Senhor Prefeito Municipal no cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas previstas no Programa de Metas do Governo na área de Finanças, Economia e Gestão Pública do Município de Santos.

São compromissos da SEFIN para o período de 2026 - 2029:

Cumprimento das metas orçamentárias e financeiras; Gerir a política fiscal e financeira do Município, promovendo a atualização da legislação tributária e financeira e o incremento da arrecadação de receita; Administrar, controlar e fiscalizar a arrecadação tributária do Município; Promover a sustentação financeira à Administração Pública Municipal, apoiando as ações dos órgãos da Administração direta, visando à melhoria do gasto público e a transparência dos resultados; Atuar no controle da execução orçamentária, contábil, financeira e de gestão fiscal do Município; Auxiliar o Prefeito Municipal na formulação, implantação e controle de políticas municipais de administração, de gestão de pessoal e de serviços de apoio necessários à execução dos serviços públicos municipais; Dirigir os processos de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos, ações e atos normativos que visem à gestão de pessoal, segurança e medicina do trabalho; Modernizar os métodos de fiscalização e de arrecadação dos tributos municipais; Garantir a transparência necessária à sociedade para fiscalização; Realizar ações de fiscalização na aplicação do Código de Posturas Municipal, bem como do Código Tributário, além de contínua atualização e modernização da legislação.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

Num cenário ainda instável da economia brasileira, inclusive com forte influência político-econômica externa, especialmente afetando índices inflacionários e de juros que mitigam o sustentável crescimento econômico brasileiro, o maior desafio é a construção e solidez de meios e elementos que sirvam como base para lidar com os efeitos da reforma tributária já aprovada.

Com efeito, é característica basilar da reforma tributária a perda da autonomia arrecadatória pelos municípios sobre a alíquota do ISS – Imposto Sobre Serviços, fonte essencial dos maiores e melhor administrados municípios que se baseiam no incentivo à produção econômico e não na propriedade (imposto territorial e urbano) para prover a administração de recursos suficientes à melhor prestação de serviços à sociedade.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Para melhor se adaptar à nova realidade na distribuição de recursos, a gestão fiscal e de arrecadação nestes anos que antecedem a efetiva mudança tributária nacional, um novo sistema deve ser cuidadosamente planejado e efetivado desde logo – e medidas já vêm

sendo tomadas – para que uma das premissas maiores para a distribuição da futura receita tributária nacional (especialmente o IBS e CBS), qual seja, a média arrecadatória, pelos municípios, seja contínua, sustentável e crescente.

Nesse diapasão, a atuação planejada e de execução, atual e futura, deve focar no aumento do PIB municipal, com fomento ao crescimento econômico municipal, de forma que a média do imposto municipal nos permita participar, positivamente, da futura distribuição dos recursos.

- Implantação do dimensionamento da força de trabalho (DFT) na Prefeitura Municipal de Santos.
- Implementar, gradualmente, a tarifa zero no transporte público de Santos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**1) Apresentação**

A Secretaria Municipal de Educação tem como principal objetivo assegurar a qualidade do ensino e consolidar Santos como uma Cidade Educadora, garantindo o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este compromisso visa à formação de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos e deveres, com olhar crítico em relação à realidade social. Assim, entre outras atribuições, a SEDUC promove a participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino e incentiva a inovação do processo educativo por meio da valorização de novas ideias e concepções pedagógicas.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

Destacamos nossas principais necessidades:

- Melhorar a qualidade da educação básica.
- Valorizar os educadores e corrigir distorções no Plano de Carreira.
- Implantar o programa de dedicação exclusiva do professor.
- Ampliar o apoio à saúde emocional de alunos e profissionais.
- Investir em infraestrutura com novas escolas e reformas.
- Criar o centro de estudo e pesquisa em educação inclusiva.
- Criar o Programa de Valorização do Servidor da Educação.
- Investir na segurança das escolas com câmeras de vigilância.
- Iniciar estudo em conjunto com a Secretaria de Governo e Secretaria de Segurança visando incrementar o uso de inteligência artificial para proteção escolar.
- Aperfeiçoar a qualificação para os educadores.
- Buscar parcerias com a iniciativa privada para o Programa Santos pro Mundo, onde jovens vão estudar fora.
- Implantar programa Escolas Lixo Zero em 10 escolas por ano, incluindo educação, comunicação, segregação mínima em 3 frações, compostagem dos orgânicos gerados, hortas educativas, separação dos recicláveis e encaminhamento para Cooperativa de catadores, implantação de sistema de logística reversa de lâmpadas, óleo, pilhas, baterias e eletroeletrônicos, uso racional de água e energia entre outros.
- Construir nova creche no São Manoel.
- Construir novo prédio para a UME Hilda Rabaça, no Chico de Paula.

- Construir uma nova escola na Caneleira.

3)Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Construir nova unidade da UME Flávio Cipriano, vinculado à disponibilidade de recursos e/ou parceria.

Construir novo prédio para UME Hilda Rabaça, no Chico de Paula, vinculado à disponibilidade de recursos e/ou parceria.

Construir uma escola na Caneleira, vinculado à disponibilidade de recursos e/ou parceria.

Conclusão da construção de novo prédio no bairro do Gonzaga Conclusão

da ampliação da UME Waldemar Valle Martins.

Conclusão da reforma do prédio que vai abrigar a UME Dino Bueno.

Conclusão da ampliação da UME Leonor Mendes de Barros.

Fortalecer a manutenção predial das unidades da Secretaria de Educação, através de ata de registro de preços, equipe de manutenção SEDUC e procedimento licitatório visando reforma e ampliação.

Ampliação das adequações nas unidades da Secretaria de Educação visando garantir a acessibilidade e o auto de vistoria do corpo de bombeiros – AVCB.

Fortalecer o acesso aos programas educativos divulgados na Educa Santos TV para que sejam utilizados como recursos pedagógicos em diversas áreas de conhecimento.

Ampliar os investimentos em tecnologia digital e conectividade para aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem, considerando a necessidade da modalidade híbrida, vinculado à disponibilidade de recursos e/ou parceria.

Acompanhar o Sistema de Gestão Escolar vigente em parceria com o Departamento de Tecnologia (DETIC) para melhoria da gestão administrativa e de pessoas, do ensino e da aprendizagem.

Fortalecer o PEA – Projeto Estratégico de Ação a fim de que os alunos efetivem a aprendizagem e garantam bom aproveitamento nas avaliações internas e externas.

Destacar nas práticas escolares a história de personagens negros e indígenas (baixada santista) evidenciando a participação das referidas populações na construção e desenvolvimento da cidade de Santos.

Ampliar a diversidade de oficinas na jornada ampliada de alunos.

Ampliar a oferta de vagas para as oficinas de empreendedorismos desenvolvidas no Parquinho Tecnológico.

Ampliar a oferta de vagas da Educação em tempo integral.

Estabelecer parceria com instituições universitárias para a elaboração de projetos que ofereçam apoio e atendimento psicológico aos alunos da rede municipal.

Fortalecer as ações de Educação Alimentar e Nutricional com o uso das mídias sociais;

Instituir “Santos à Luz da Leitura” como programa fomentando a arte e a literatura.

Regulamentar a dedicação exclusiva do professor.

Criar o centro de estudo e pesquisa em educação inclusiva (CEPEI).

Valorizar os professores por meio de atualização de letra funcional.

Ampliar o Programa Escolas Lixo Zero.

Ampliar a formação sobre a Lei nº 11.645/08 e desenvolver estratégias de monitoramento para sua implementação no sistema educacional.

Ampliar o escopo da Unidade Municipal de Ensino Superior de Santos, composta pelos Polos da UAB, Univesp, Formação pela Escola e Conecta Santos.

- Criar equipe de Controle de Qualidade no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para:

- Adquirir uniformes escolares de qualidade para os alunos da rede municipal de ensino;
- Adquirir material escolar individual de qualidade para os alunos da rede municipal de ensino (inserir naquela equipe professor de Artes);
- Adquirir material escolar coletivo de qualidade para os alunos da rede municipal de ensino (inserir naquela equipe professor de Artes);
- Garantir a entrega de uniformes, material individual, material coletivo antes do início do ano letivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**1) Apresentação**

A cidade é polo regional na área da **Saúde** e referência em alta complexidade, programa de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, consultório de rua e atendimento domiciliar, com o objetivo de garantir à comunidade santista um processo de desenvolvimento local e a efetivação dos direitos e garantias legais, proporcionando assim o direito de viver com dignidade e em comunidade.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

A saúde continuará merecendo uma atenção especial. Será priorizada a modernização dos prédios das unidades de saúde, que deverão seguir o mesmo padrão de qualidade adotado nas policlínicas construídas nos últimos anos: climatização, acessibilidade, novo mobiliário e áreas específicas para os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Além da melhoria da infraestrutura dos prédios, a humanização do atendimento será aprimorada com novas ações nas Unidades de Ponto Atendimento (UPA's), Policlínicas, nas áreas da Saúde Mental, Autismo e Especialidades, no Hospital de Pequeno Porte (HPP-C), no Complexo Hospitalar da Zona Noroeste (CHZNO) e no futuro Hospital Municipal Pediátrico da Zona Noroeste.

A redução nas taxas de mortalidade materna e infantil continuará sendo uma das metas desta gestão, sendo um dos caminhos propostos para efetivação da Agenda 2030 da ONU (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS). O município investirá no fortalecimento e ampliação de programas consagrados há décadas como a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) da OMS/UNICEF na Maternidade Silvério Fontes e nos programas criados nos últimos anos como o Programa Mãe Santista, Escola das Mães e Rede Cegonha, onde terão novas ações desenvolvidas nas policlínicas e nas unidades da rede municipal de saúde.

Depois de ficar abandonado por quase 30 anos, o Complexo Hospitalar dos Estivadores (CHE) entregue à população em 2017 terá função estratégica no aumento da oferta de leitos, uma das carências do SUS na região. Atualmente o hospital dispõe de 151 leitos em funcionamento e quando estiver funcionando em sua capacidade plena terá 223 leitos, que representa um acréscimo de 48%.

Os profissionais e trabalhadores da área da saúde, terão uma atenção especial nesta gestão, face às suas responsabilidades e importância capital do seu trabalho ao atendimento à população, como nos casos de urgências e emergências, tratamento, prevenção e no Enfrentamento da COVID-19, onde procuraremos valorizá-los através da construção de um plano de carreira e a capacitação permanente através da Escola da Saúde.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Para o período de 2026 a 2029, será estabelecida uma série de prioridades com vistas ao atendimento dos objetivos discriminados abaixo, com a respectiva indicação da fonte de recursos, para atendimento aos artigos nº 15 aos 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF):

1. Implantar o Hospital Municipal Pediátrico da Zona Noroeste (**Plano de Metas**);
2. Investir ainda mais na qualidade dos serviços prestados, com novas unidades e modernização da rede existente (**Plano de Metas**);
3. Ampliar as consultas clínicas e garantir mais resolutividade, através do uso da tecnologia e da telemedicina (**Plano de Metas**);
4. Fortalecer a integração da Atenção Básica com os Ambulatórios de Especialidades Médicas (**Plano de Metas**);
5. Investir ainda mais na formação profissional e humanização do atendimento (**Plano de Metas**);
6. Criar programas de valorização profissional que estimulem a permanência de médicos e outros profissionais da saúde em unidades básicas de saúde, em especial, nos morros Zona Noroeste e Área Continental (**Plano de Metas**);
7. Ampliar parcerias com clínicas, laboratórios privados e instituições filantrópicas para agilizar os atendimentos e aumentar a oferta de exames e cirurgias (**Plano de Metas**);
8. Ampliar a rede de atendimento de saúde mental e tratamento de dependência química (**Plano de Metas**);
9. Ampliar o atendimento da Clínica-Escola do autista com novas unidades (**Plano de Metas**);

10. Implantar a Política Nacional de Cuidados Paliativos no município de Santos **(Plano de Metas)**;
11. Implantar o programa de hospital-dia na saúde pública de Santos **(Plano de Metas)**;
12. Fila Zero: mutirões de exames e consultas, atendimentos noturnos e aos finais de semana, com o apoio de laboratórios e clínicas privadas da cidade, e do uso de telemedicina **(Plano de Metas)**;
13. Ampliar o atendimento da Clínica-Escola do Autista com novas unidades **(Plano de Metas)**;
14. Implantar a Unidade de Saúde da Mulher na Zona Noroeste (Casa da Gestante e Instituto da Mulher) **(Plano de Metas)**;
15. Construção de 02 novas Policlínicas: Marapé e Vila Progresso;
16. Reestruturação do Complexo Hospitalar da Zona Noroeste;
17. Construção do Hospital Pediátrico da Zona Noroeste;
18. Reestruturação das Unidades de Saúde Mental (CAPS);
19. Reorganizar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
20. Fortalecer e estruturar do Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde (GAB-SMS) nas áreas de planejamento, assessoria técnica, administrava e jurídica, relação com poderes executivos, legislativos e judiciários, parcerias com entidades públicas e privadas, emendas parlamentares, convênios, contratos de gestão, gestão de pessoas, treinamento e capacitação, informática, transparência e informação;
21. Implantar o **Controle Interno Preventivo da Secretaria Municipal de Saúde** exercendo uma atuação inovadora e com papel estratégico em busca da eficácia, efetividade e a economicidade dos recursos públicos além de valorizar os resultados e os benefícios alcançados visando atender ao bem-estar e aos interesses da coletividade;
22. Ampliar a utilização dos indicadores do DigiSUS para monitorar metas e instrumentos de planejamento para subsidiar a análise da situação de saúde e gestão;
23. Ampliar a nota de avaliação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) i-Saúde do TCE-SP;

24. Ampliar a pontuação dos indicadores do Programa de Participação Direta nos Resultados (PDR);
25. Ampliar a participação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em comissões e órgãos colegiados;
26. Estudar a implantação do setor de Registro de Atos Oficiais nos moldes do DERAT/GPM;
27. Ampliar o quadro de servidores no Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde;
28. Melhorar a ambiência nas unidades administrativas da Secretaria Municipal de Saúde (layout/mobiliários);
29. Estudar a incorporação de novas tecnologias;
30. Promover aprimoramentos constantes no sistema informatizado utilizado pela SMS;
31. Reforçar a utilização do sistema de prontuário eletrônico pelas unidades de saúde;
32. Implementar o ponto eletrônico nas unidades de saúde (**Recomendação do TCESP**);
33. Estudar a implantação de novas unidades saúde, fase a expansão imobiliária do município;
34. Estudar a ampliação do quadro de profissionais do Programa Mais Médicos visando o aumento da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF);
35. Promover campanhas de conscientização na área da saúde, utilizando como parâmetro o Calendário Nacional do Ministério da Saúde (MS) <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario/saude> e o Calendário Oficial do Município de Santos <https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/calendario-oficial>:

<p>Janeiro</p> <p> CÂNCER DO COLO DO ÚTERO</p> <p> SAÚDE MENTAL</p>	<p>Fevereiro</p> <p> LEUCEMIA</p> <p> FIBROMIALGIA • ALZHEIMER • LÚPUS</p>	<p>Março</p> <p> CÂNCER COLORRETAL</p> <p> CÂNCER DO COLO DO ÚTERO</p>
<p>Abril</p> <p> SEGURANÇA NO TRABALHO</p> <p> AUTISMO</p>	<p>Maior</p> <p> ACIDENTES DE TRÂNSITO</p>	<p>Junho</p> <p> DOAÇÃO DE SANGUE</p> <p> • ANEMIA • LEUCEMIA</p>
<p>Julho</p> <p> • HEPATITES VIRAIS • CÂNCER OSSEO</p>	<p>Agosto</p> <p> ALEITAMENTO MATERNO</p>	<p>Setembro</p> <p> SAÚDE MENTAL</p> <p> FIBROSE CÍSTICA</p> <p> DOAÇÃO DE ÓRGÃOS</p> <p> DOENÇAS CARDIOVASCULARES</p>
<p>Outubro</p> <p> CÂNCER DE MAMA</p> <p> ARTRITE REUMATOIDE</p>	<p>Novembro</p> <p> CÂNCER DE PRÓSTATA • DIABETES</p> <p> CÂNCER INFANTO-JUVENIL</p>	<p>Dezembro</p> <p> CÂNCER DE PELE</p> <p> AIDS</p>

36. Fortalecer as ações de controle da mortalidade materno infantil;
37. Fortalecer as ações do Programa Nacional de Vacinação (PNI) na Atenção Primária (em especial na busca ativa dos faltosos);
38. Conscientizar a população sobre a importância do comparecimento as consultas e/ou procedimentos agendados (reduzir o absenteísmo);
39. Fortalecer a Política de Atenção Primária e Especializada no município;
40. Fortalecer a Política de Saúde Bucal (SB) no município;
41. Fortalecer as Redes de Atenção à Saúde (RAS), com a finalidade de garantir a atenção integral e universal à saúde da população, em todos os níveis de complexidade (Atenção Primária a Saúde (APS) Rede de Atenção as Urgências e Emergências (RUE), Rede Cegonha e etc);
42. Fortalecer as linhas de cuidados às pessoas com autismo, deficiência física, mental e aos usuários de drogas no âmbito do SUS;
43. Fortalecer a vigilância nos agravos de tuberculose, hanseníase, HIV, hepatites e sífilis, bem como adesão ao tratamento (Linha de Cuidados);

44. Fortalecer a vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador;
45. Fortalecer a prevenção e a linha de cuidados no controle de doenças crônicas, tabagismo e obesidade;
46. Ampliar as ofertas de serviços na Atenção Especializada;
47. Ampliar as capacitações e treinamentos aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde sobre Faturamento Ambulatorial e Hospitalar dos Procedimentos da Tabela SIA/SUS por meio do Boletim de Procedimentos Ambulatoriais (BPA) que são procedimentos simples e convencionais de baixo ou nulo valor financeiro, da Autorização de Procedimentos de Alto Custo/Alta Complexidade (APAC) e a Autorização de Internação Hospital (AIH) visando o repasse de recursos por parte do Ministério da Saúde (MS);
48. Estudar a implantação de Leitos de Cuidados Prolongados;
49. Estudar a implantação de novos Leitos Clínicos, de UTI e Especializados em Saúde Mental;
50. Ampliar as parcerias com os hospitais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos, aumentando a oferta de leitos e especialidades;
51. Fomentar a ampliação do financiamento por parte do Ministério da Saúde (MS) e Secretaria Estadual de Saúde (SES) para abertura de novos leitos no Complexo Hospitalar dos Estivadores e do futuro Hospital Pediátrico da Zona Noroeste;
52. Manter a Maternidade da ZNO, na certificação Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) – OMS/UNICEF;
53. Promover a Maternidade do Hospital dos Estivadores e o Futuro Hospital Pediátrico da Zona Noroeste na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) da OMS/UNICEF;
54. Ampliar a avaliação positiva dos usuários aos serviços de saúde publicizados;
55. Retirar pacientes da classificação de risco azul das UPAs;
56. Fortalecer o Departamento de Saúde Mental (DESMEN);
57. Ampliar o número de servidores do DESMEN;
58. Aquisição de equipamentos de informática para o DESMEN;
59. Fortalecer a articulação do Departamento de Saúde Mental dentro da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do município e ampliar a articulação intersetorial;

60. Articular para direcionamento dos pacientes com quadro mental das UPAs e hospitais municipais;
61. Abertura de novas unidades do Serviço Residencial Terapêutico (SRT) no Município;
62. Abertura do CAPS AD ZNO;
63. Implantar o Centro de Convivência (CECOs) da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);
64. Ampliar a oferta de serviços e ações planejadas nas unidades da RAPS;
65. Reforma/revitalização das estruturas das unidades da RAPS;
66. Melhorar a ambiência nas unidades da RAPS (layout/mobiliários) para um melhor acolhimento da população;
67. Instituir a educação permanente e continua em saúde mental junto a Escola da Saúde;
68. Fortalecer o Departamento de Atenção Primária a Saúde (DEAPS);
69. Ampliar o numero de servidores do DEAPS;
70. Aquisição de equipamentos de informática para o DEAPS;
71. Ampliar as equipes de Saúde da Família (eSF) na Atenção Primária;
72. Ampliar as equipes de Atenção Primária (eAP) na Atenção Primária;
73. Ampliar as equipes de Saúde Bucal (eSB) na Atenção Primária;
74. Ampliar as equipes Multiprofissionais (eMulti) na Atenção Primária;
75. Ampliar a equipe do Consultório na Rua (eCR) na Atenção Primária;
76. Ampliar as equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e equipes Multiprofissionais de Apoio Domiciliar (EMAP);
77. Fomentar e executar o Plano de Educação Permanente da APS;
78. Implantação, treinamento e execução do Plano de Segurança do Paciente em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS);
79. Implantação, treinamento e execução das políticas e práticas de humanização na APS;
80. Formação sobre cuidados paliativos para a Seção de Atendimento Domiciliar (SEADOMI);
81. Criação da comissão de ética médica e de enfermagem da APS;

82. Intensificação do cadastramento da ficha individual do munícipe em prontuário eletrônico visando a melhoria dos indicadores e financiamento da APS;
83. Fortalecimento do formato de matriciamento entre o DEAPS, DESMEN e SEDUC;
84. Alcance de no mínimo 85% do índice de satisfação dos usuários nas UBS;
85. Ampliação da oferta de grupos de atividades físicas e PICS nas UBS;
86. Revisão periódica dos protocolos e fluxos assistenciais;
87. Aquisição de equipamentos de informática para as coordenações e unidades de atendimento da eAP, eSF, AT e eMulti;
88. Implantação de painéis eletrônicos de chamada nas recepções das UBS para gestão adequada das filas;
89. Aquisição de impressoras para todos os consultórios de atendimento das UBS;
90. Implantação da teleconsulta nas UBS;
91. Implantação do sistema de agendamento de consultas e procedimentos nas UBS via celular;
92. Criação da segunda UBS no Bairro do Marapé;
93. Criação da USF no Bairro do Saboó;
94. Criação da USF do Morro do Pacheco;
95. Construção da nova USF Vila Progresso;
96. Construção da nova USF Morro José Menino;
97. Construção da nova USF Morro da Penha;
98. Execução do projeto de reforma/manutenção da UBS Aparecida;
99. Ampliação do espaço físico/estrutura da USF Castelo;
100. Ampliação do espaço físico da SEADOMI para acomodação adequada da equipe e maior espaço de almoxarifado;
101. Criação e execução do projeto de mudança de layout da UBS Ponta da Praia para melhorar o acolhimento à população;
102. Criação da segunda UBS no Bairro Macuco e/ou Embaré;
103. Criação da segunda UBS nos Bairros Aparecida (BNH) e Boqueirão;
104. Transformar UBS Vila Mathias do modelo de estratégia de atenção primária para o modelo de estratégia da saúde da família;
105. Aquisição de cadeiras e equipamentos odontológicos;

106. Aquisição de equipamentos de climatização para as unidades de saúde;
107. Aquisição do segundo veículo adaptado para o Consultório na Rua para aumento da cobertura no município (no mínimo 12 lugares);
108. Disponibilização de um veículo por equipe da SEADOMI;
109. Aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das atividades da Seção de Atenção à Saúde da Comunidade (SEATESC);
110. Aquisição de materiais educativos para a SEATESC;
111. Aquisição de materiais e papelaria para a realização das campanhas do calendário colorido da saúde nas UBS;
112. Aquisição de insumos para o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares a Saúde (PICS) nas UBS;
113. Reforma/revitalização das estruturas de todas as unidades da APS (pintura interna e externa, jardinagem, etc.);
114. Melhorar a ambiência nas unidades da APS (layout/mobiliários) para um melhor acolhimento da população;
115. Fortalecer o Departamento de Média e Alta Complexidade (DEMAC);
116. Ampliar o número de servidores do DEMAC;
117. Aquisição de equipamentos de informática para o DEMAC;
118. Fortalecer a Rede Cegonha / Alyne;
119. Fortalecer a Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência (RCPCD);
120. Realizar estudos para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos para o credenciamento como Centro Especializado em Recuperação (CER), custeado pelo Ministério da Saúde;
121. Formação para profissionais do instituto da mulher e gestante em diversas vertentes;
122. Implantação, treinamento e execução das políticas e práticas de humanização nas unidades SEAMBESP ZNO, SEIMGE, SEFIS ZOI, SERFIS ZNO e SECRESA;
123. Ampliação da frota de veículo para atendimento dos pacientes com tratamento fora do domicílio (TFD);
124. Implantação de painéis eletrônicos de chamada nas recepções das unidades especializadas;

125. Implantação do sistema de agendamento de consultas e procedimentos por aplicativo de celular na atenção especializada;
126. Implantação da telemedicina no AMBESP ZNO;
127. Realizar capacitação em temas relevantes na saúde bucal para melhorar a qualidade do serviço;
128. Ofertar a população ações de rastreamento diagnóstica precoce e prevenção de patologias bucais;
129. Ampliar a faixa etária de atendimento na especialidade de odontopediatria, incluindo as crianças com até 4 anos;
130. Informatização do SEAPREV, viabilizando a oferta de material audiovisual nas ações de prevenção, bem como agilizando o lançamento dos procedimentos dos profissionais no sistema de informação;
131. Ampliar as ações externa de prevenções realizadas pelo CCDI;
132. Fortalecer o atendimento e acompanhamento de pacientes portadores de HIV;
133. Fortalecer o atendimento e acompanhamento de gestantes c/HIV;
134. Fortalecer o atendimento e acompanhamento dos casos de sífilis congênita;
135. Fortalecer o atendimento e acompanhamento dos casos de tuberculose;
136. Fortalecer o atendimento e acompanhamento dos casos de hepatites B e C;
137. Fortalecer o atendimento e acompanhamento dos casos de hanseníase;
138. Fortalecer o Programa Jovem Doutor;
139. Fortalecer o Programa PAIVAS;
140. Garantir o atendimento 24 horas por dia para captação de órgãos doados;
141. Ampliar o número de profissionais habilitados no procedimento de enucleação em globo ocular;
142. Realizar estudos para implantação da captação de múltiplos órgãos no Complexo Hospitalar dos Estivadores;
143. Realizar ações educativas nas escolas públicas e privadas, com objetivo de favorecer a cultura doadora;
144. Adquirir equipamentos tecnológicos e capacitação para implementação do prontuário eletrônico na Atenção Especializada à Saúde;
145. Implantação de Leitos de UTI para Terapia Substitutiva Renal;
146. Estruturar o espaço de Leitos de Retaguarda de Psiquiatria do CHZNO;

147. Fortalecer o serviço de laserterapia;
148. Reforma/revitalização das estruturas das unidades de saúde da Atenção Especializada;
149. Melhorar a ambiência nas unidades de saúde da Atenção Especializada (layout/mobiliários) para um melhor acolhimento da população;
150. Fortalecer o Departamento de Regulação do Sistema (DEREG);
151. Ampliar o número de servidores no DEREG;
152. Aquisição de equipamentos de informática para o DEREG;
153. Reduzir o tempo médio para realização de exames e consultas (Meta 30);
154. Reduzir o tempo médio para realização de cirurgias eletivas;
155. Fortalecer o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
156. Ampliar o número de servidores do SAMU;
157. Renovar de forma periódica os veículos da frota do SAMU;
158. Estudar a habilitação de novos veículos ao SAMU com custeio do Ministério da Saúde;
159. Reforma/revitalização das estruturas da central e bases do SAMU;
160. Melhorar a ambiência nas unidades do SAMU (layout/mobiliários);
161. Fortalecer o Departamento de Vigilância (DEVIG);
162. Ampliar o número de servidores do DEVIG;
163. Aquisição de equipamentos de informática para o DEVIG;
164. Criar a Coordenadoria de Vigilância em Saúde Ambiental e 02 novas seções para a Coordenação de Vigilância em Saúde Ambiental, implementando as ações de prevenção e controle de intoxicações e vigilância ambiental;
165. Criar a Unidade Central de Imunização;
166. Ampliar frota de veículos específicos (locação) para as seções, com o objetivo de ter condições adequadas para realização de fiscalização, vistorias, campanhas educativas, campanhas de vacinação, distribuição de vacinas, ações realizadas em campo, nebulização, desratização, desinsetização;
167. Ampliar publicidade educativa (vídeos, folders, cartazes, faixas, banners, folhetos, outdoor, busdoor, filmes, etc.) sobre promoção e prevenção, com o objetivo de educação em saúde para a população e para os profissionais de saúde com cerca

- de 1.000.000 materiais impressos de todos os agravos, vacinas, controle de vetor e zoonoses, etc., inerentes ao departamento;
168. Incentivar elaboração de trabalhos científicos para participação em Congressos, Seminários com o objetivo de motivar a equipe para a atualização científica, com participação do servidor interessado;
169. Implantar programa de educação permanente e educação continuada em todas as seções pertencentes ao DEVIG, com o objetivo de integrar, capacitar, motivar e atualizar a equipe;
170. Fortalecer as campanhas de vacinação antirrábica nos animais (cães e gatos);
171. Ampliar e fortalecer as fiscalizações das Vigilâncias (Sanitária, Epidemiológica, Zoonoses e de Vetores);
172. Dar continuidade à Campanha educativa e preventiva contra a leishmaniose canina (coleiras, vacinas e medicações);
173. Fortalecer as ações de Vigilância e Controle das Arboviroses e das Zoonoses;
174. Integrar e fortalecer a Rede de Alerta e Resposta Rápida aos eventos de Saúde Pública de interesse internacional;
175. Implementar as notificações de doenças e agravos de notificação compulsória e eventos inusitados;
176. Implantar uma Política Pública do Programa de Prevenção à Leishmaniose;
177. Ampliar o Serviço Voluntário de Prevenção e Promoção da Saúde;
178. Identificação visual do novo espaço SEVISA (Adesivos e placas de identificação);
179. Aquisição das Thiobags, para coleta do Pró Água SEVISA;
180. Aquisição de 01 veículo para fiscalização SEVISA;
181. Aquisição de 02 computadores workstation com tela que atenda a análise de projeto de obras;
182. Custeio de congresso para aperfeiçoamento dos profissionais SEVISASEVREST-SECOI;
183. Confecção de 50.000 folhetos para prevenção de intoxicações em idosos /adultos p capacitação;
184. Reforma da Unidade SEVREST;
185. Aquisição de novos computadores compatíveis com a demanda e trabalho da equipe da SEVIEP (desktop) de alta performance, visto a necessidade de análise de grandes bancos de dados e uso de sistemas estatísticos avançados;

186. Aquisição de dataloggers para todas as câmaras de vacina da rede de frio de Santos e da central de vacinas;
187. Aquisição de uma unidade de vacinação móvel (vacimóvel);
188. Aquisição de veículo tipo van para a central de vacinas;
189. Melhorar a ambiência nas unidades da Vigilância em Saúde (layout/mobiliários) para um melhor acolhimento da população;
190. Valorização dos servidores públicos ligados à área da saúde, incentivar a sua formação permanente e dos membros do conselho municipal de saúde;
191. Fortalecer a Escola da Saúde e o Programa Saúde na Escola (PSE);
192. Criar o Plano de Educação Permanente em Saúde (EPS) 2026-2029;
193. Implantação de recursos tecnológicos na Escola da Saúde: Portal e Repositório Acadêmico e Científico;
194. Criação através do sistema SIGEP, de sistema de gerenciamento de EPS no município;
195. Execução de treinamentos voltados aos servidores;
196. Apoiar na implementação de programa e políticas de saúde com atuação na educação em saúde;
197. Qualificação dos servidores da SMS, através de participação de cursos, simpósios e congressos;
198. Realização anual da Semana David Capistrano;
199. Construção de um programa de educação à distância, através de um ambiente virtual de aprendizagem;
200. Buscar autorização do MEC para certificação de cursos de qualificação profissional;
201. Criação de agenda unificada para capacitação no município de Santos;
202. Garantir participação dos servidores no simpósio regional PSE;
203. Formação e qualificação profissional para atuação no PSE;
204. Criação de novos programas de residência;
205. Instituir o pagamento de auxílio financeiro aos profissionais credenciados ao programa de residência multiprofissional;
206. Atualizar a legislação sobre a bolsa da residência médica, quando ao seu pagamento aos profissionais credenciados;

207. Ampliar o credenciamento e manter atualizado o cadastro dos profissionais de residência médica e multiprofissional no Ministério da Saúde para recebimento de recursos;
208. Garantir que os estágios sejam realizados via Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES);
209. Captar e aplicar recursos das contrapartidas do COAPES;
210. Criação de decreto de regulamentação da Escola da Saúde;
211. Fortalecer e estruturar a Seção de Gerenciamento de Recursos Humanos da Saúde (SEGERH), em virtude da complexidade de novas tarefas atribuídas e mais recente com a introdução do e-SOCIAL;
212. Criação e atualização de portarias voltadas ao gerenciamento de Recursos Humanos;
213. Criação através do sistema SIGEP, de sistema de banco de dados dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;
214. Garantir a atualização continua na tabela de lotação de pessoas por serviço (TLPS);
215. Instituir a Política Municipal de Humanização na área da Saúde;
216. Criação do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Secretaria Municipal de Saúde;
217. Fortalecer o quadro de profissionais de saúde nas áreas de medicina e medicina veterinária;
218. Fortalecer o quadro de profissionais de saúde nas áreas de assistência social, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia, psicologia, terapeuta ocupacional, entre outros;
219. Fortalecer o quadro de trabalhadores da saúde nas áreas administrativas, jurídica, finanças, manutenção, transporte, entre outros;
220. Atender as necessidades de Recursos Humanos (RH) nas unidades de saúde;
221. Ampliar o quadro de Agente de Combate às Endemias (ACE), com custeio do MS;
222. Ampliar o quadro de Agente Comunitário de Saúde (ACS), com custeio do MS;
223. Criação e ampliação do número de cargos permanentes na área da saúde;
224. Viabilizar a realização de concursos públicos e processos seletivos de forma continua (antes de acabarem as vagas);

225. Dialogar com a Secretaria de Finanças e Gestão (SEFIN) a possibilidade de extensão do Benefício da Cesta Básica a todos Servidores da SMS;
226. Dialogar com a Secretaria de Finanças e Gestão a extensão de gratificações existentes da SEFIN e demais Secretarias com a SMS em atividades correlatas;
227. Dialogar com a Secretaria de Finanças e Gestão a atualização das Leis Complementares nº 629/2008 e 630/2008;
228. Instituir a Gratificação de Território na Atenção Primária em substituição a GID, em face de alteração do modelo de financiamento por parte do Ministério da Saúde;
229. Fortalecer o Departamento Administrativo, Financeiro e Infraestrutura (DEAFINSMS);
230. Ampliar o numero de servidores do DEAFIN-SMS;
231. Aquisição de equipamentos de informática para o DEAFIN-SMS;
232. Realizar periodicamente reuniões e treinamentos das equipes do DEAFIN-SMS sobre planejamento estratégico, execução orçamentária e financeira, licitações, compras, contratos, manutenção e transporte na área da saúde;
233. Fortalecer as comissões de padronização de medicamentos e insumos da SMS;
234. Atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME);
235. Implementação do Plano Operativo da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (BNAFAR/SUS);
236. Ampliar a distribuição de medicamentos aos pacientes do SUS;
237. Estudar a implantação do Programa Farmácia Viva;
238. Reestruturar o setor de contratação e dispensas eletrônicas;
239. Implantar o setor de compras e contratos da SMS;
240. Implantar o setor de tecnologia e sistema de informação da SMS;
241. Ampliar a estrutura para a Seção de Assistência Farmacêutica (SEAFARMA), Seção de Almoxarifado (SEALM-SMS), Seção de Nutrição e Dietoterapia (SENUTRI-SMS), Seção de Zeladoria da Saúde (SEZEL-SMS) e a Seção de Transporte da Saúde (SETRAN-SMS);
242. Estudar a Implantação do Centro Integrado de Logística, Infraestrutura e Suprimentos da SMS (CILIS);
243. Ampliar a Força de Trabalho da Coordenadoria de Infraestrutura - Saúde (COINFRA-SMS) e suas seções;

244. Fortalecer a Zeladoria da Saúde, com ações rápidas e eficientes na manutenção das unidades de saúde;
245. Fortalecer a Seção de Transporte da Saúde;
246. Ampliar a frota de veículos e otimizar a manutenção e transporte de pacientes;
247. Melhorar a ambiência das unidades do Deafin-SMS (layout/mobiliários);
248. Promover a estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde com a aquisição de novos equipamentos e mobiliários;
249. Promover a capacitação dos membros dos Conselheiros Municipal de Saúde;
250. Promover em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde a cada 04 (quatro) anos a Conferência Municipal de Saúde e a Etapa Municipal da Conferência Estadual e Nacional de Saúde, em consonância a Lei Federal nº 8.142/90;
251. Atender as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde, exceto as que não atendam as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);
252. Realizar a Ação Cidadania em Defesa do SUS;
253. Promover as atividades do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra de Saúde;
254. Ampliar o financiamento SUS Federal, através de credenciamentos, habilitações e qualificações de novos serviços na rede de atenção à saúde;
255. Promover iniciativas junto aos poderes executivo, legislativo e ao judiciário (União, Estado e Municípios), entidades públicas e privadas para captação de novos de recursos que serão utilizados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS);
256. Manter atualizado junto ao Ministério da Saúde as informações sobre novas homologações, qualificações e credenciamentos de unidades, equipes e profissionais de saúde para a manutenção do repasse regular de recursos por parte do Fundo Nacional de Saúde (FNS);
257. Atualizar periodicamente o histórico de faturamento da rede municipal de saúde, com a posterior solicitação de recomposição do TETO MAC aos órgãos colegiados (CIR e CIB) e ao Ministério da Saúde;
258. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novos leitos e qualificação de leitos do Hospital dos Estivadores;

259. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novos leitos e qualificação de leitos do Futuro Hospital Pediátrico da Zona Noroeste;
260. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Upa ZNO do Tipo II para Opção XIII;
261. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Central de Regulação de Vagas;
262. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Unidade do CREN;
263. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novas Ambulâncias do SAMU;
264. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Motolâncias do SAMU;
265. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Unidades dos CAPS e SRT;
266. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – CEOs tipo 02 para tipo 03 e inserir na RCPCD;
267. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Unidades Odontológicas Móveis (UOM);
268. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novos Agentes de Combate às Endemias;
269. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novos Agentes Comunitários de Saúde;
270. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Equipes de Saúde da Família (eSF);
271. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Equipes de Atenção Primária (eAP);
272. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Equipes de Saúde Bucal (eSB);
273. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Equipes Multiprofissionais (eMULTI);
274. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novas equipes e profissionais na APS;
275. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novos profissionais do Programa de Residências Médicas e Multiprofissional;
276. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio Domiciliar (EMAP);
277. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Unidades da RCPCD;
278. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Veículos de transporte pacientes da RCPCD;
279. Credenciar junto ao Ministério da Saúde – Novas Unidades de Saúde, Equipamentos e Veículos a serem entregues no município;
280. Realizar anualmente a Oficina de Orçamento da SMS com os Departamentos;

- 281. Atualizar a Lei Orgânica do Município na área da saúde, em virtude da Emenda Constitucional nº 132, da Reforma Tributária.
- 282. Criação de uma Casa de Convalescença.
- 283. Formação permanente dos servidores do SAMU com relação ao atendimento de crianças e adolescente.
- 284. Ampliar, melhorar a atuação do Programa de combate à Tuberculose, no acolhimento aos pacientes, na busca ativa e na capacitação dos profissionais de saúde.
- 285. Construir três (03) Serviços de Atenção Integral à Saúde do Idoso, sendo um na região central e Zona Intermediária, o segundo na região da Zona Noroeste e o terceiro na região da Orla.
- 286. Ampliar, melhorar a atuação no combate á sífilis adquirida, de gestante e congênita.
- 287. Ampliar as equipes de saúde da família e fortalecer a política de atenção primária.
- 288. Ampliar e estruturar o consultório de rua.
- 289. Ampliar, melhorar e garantir treinamento, capacitação e qualificação a todos nos profissionais da saúde da rede municipal.
- 290. Ampliar e melhorar e monitorar a mortalidade materno infantil.
- 291. Expandir as ações de saúde mental comunitária e de prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES**1) Apresentação**

A Secretaria Municipal de Obras e Edificações tem atualmente por finalidade, atender a demanda do Governo e munícipes instruindo processos de licitações para contratações de obras e projetos públicos e a fiscalização de suas execuções garantindo a segurança e funcionalidade integral aos espaços e equipamentos públicos; analisar e fiscalizar obras particulares e os programas voltados ao controle de uso e ocupação do solo do município; viabilizar o desenvolvimento do município com o cumprimento das legislações municipais, estaduais e federais nos investimentos privados e públicos promovendo a evolução na qualidade de vida dos munícipes e turistas na cidade de Santos.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

O município de Santos tem um forte mercado imobiliário; o crescimento, a dinâmica e a importância do setor exigem permanente ação da administração pública no seu controle, além de atenção para colocar em prática inovações que se aplicam à gestão urbana.

A grande rede de equipamentos públicos se estrutura em um significativo número de edificações, as quais abrigam atividades de todas as áreas da administração e devem assumir características espaciais específicas, atendendo programas que permitam promover maior eficiência aos serviços prestados, com acessibilidade, segurança e comodidades, tanto para os usuários como para os servidores. Há um aumento da demanda por novas edificações devido ao crescimento populacional e urbanização.

A sustentabilidade nas obras públicas é um tema cada vez mais relevante, impulsionado pela crescente preocupação com as mudanças climáticas e a necessidade de preservar os recursos naturais para as futuras gerações significando adotar práticas e tecnologias que minimizem os impactos ambientais, sociais e econômicos negativos durante todo o ciclo de vida da obra, desde o planejamento e projeto até a construção, operação, manutenção e demolição. Isso envolve a utilização de materiais e recursos renováveis, a redução do consumo de energia e água, a gestão adequada dos resíduos, a promoção da inclusão social e a valorização da cultura local.

Os custos iniciais de obras públicas sustentáveis podem ser mais altos do que os de obras convencionais, mas a longo prazo geram economia devido à redução do consumo de recursos e há uma limitação orçamentária que impacta diretamente na realização de grandes projetos.

O setor público, em geral, tem dificuldades administrativas, orçamentárias e financeiras para viabilizar – na velocidade que seria adequada – o aumento ideal de servidores na quantidade ideal para o atendimento pleno às demandas.

A falta de cursos de capacitação adequados no setor público é um problema que afeta a qualidade dos serviços prestados à população e o desenvolvimento profissional dos servidores. Essa deficiência se manifesta de diversas formas, como a ausência de treinamentos específicos para determinadas funções e atualizações das legislações vigentes, sendo que a capacitação técnica de servidores públicos é de suma importância para a administração pública, pois garante a eficiência, a qualidade e a modernização dos serviços prestados à população.

3) Análise Prospectiva: demandas e oportunidades

- Aprimorar o sistema informatizado de elaboração de projetos arquitetônicos e de elementos licitatórios para edificações públicas, com o objetivo de agilizar e de tornar os procedimentos licitatórios os mais assertivos possíveis;
- Elaborar projetos de adequação e de novas edificações públicas com a implementação de técnicas modernas e materiais inovadores para o aumento da eficiência e durabilidade dos serviços e obras, conforme solicitação das secretarias municipais, seguindo a orientação superior e obedecendo ao Plano de Governo. Participar de todo processo, desde a aprovação dos projetos até sua consecução final e entrega das obras;
- Efetivar licitações para obras de reforma, ampliação e construção de novas edificações públicas, com o objetivo de criar espaços construídos adequados para o desenvolvimento das políticas públicas praticadas pelas secretarias municipais, segundo o Plano de Governo;
- Fiscalizar as obras de reforma, ampliação e de novas edificações públicas, para garantir a qualidade dos serviços executados e a eficiência dos recursos públicos aplicados e elaborar juntamente com as Secretarias Municipais um cronograma de manutenção e conservação dos equipamentos;
- Aprimorar o sistema informatizado para aprovação de projetos de obras particulares, aumentando a rapidez de liberação de novos investimentos;
- Efetuar a modernização de equipamentos e softwares, com capacitação e treinamentos inclusos, para implementar modernos sistemas de elaboração de projetos, melhorar a visualização do projeto e da obra, expandir a amplitude da análise estrutural e arquitetônica e facilitar a sua elaboração; além de possibilitar a simulação eficiente do cronograma de construção e aumentar a precisão na estimativa dos custos com base na listagem e quantidades dos materiais, visando aprimorar a gestão das obras;
- Elaborar planos de capacitação interna que levem em consideração as necessidades específicas de cada área e as metas do Governo, oferecendo cursos relevantes e atualizados, pois ao investir na capacitação de seus servidores, a administração pública demonstra seu compromisso com a excelência nos serviços prestados à população.
- Admissão de novos servidores, tanto para suprir crescimento de demanda, quanto para substituir aqueles que se aposentaram; principalmente nos setores de orçamento, fiscalização de obras (públicas e particulares) e análise de projetos.

SECRETARIA DE TURISMO, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO**1)Apresentação**

Tendo o incentivo à inovação como principal diretriz, a Secretaria de Turismo, Comércio e Empreendedorismo tem como missão formular e executar políticas voltadas para a promoção e exploração do turismo, com foco em atividades culturais, históricas, religiosas e de lazer no Município de Santos.

A Secretaria também apoia e desenvolve projetos e eventos de relevância social e turística, que atraem visitantes e fomentam a economia local. Exemplo disso são os eventos realizados no centro histórico, que além de atrair turistas, contribuem diretamente para o fortalecimento do comércio da região e a geração de empregos.

Empreendedorismo: O fomento ao empreendedorismo é também uma importante meta da Secretaria. Seu trabalho é apoiar tanto o empreendedorismo individual quanto o desenvolvimento de empresas, criando um ambiente propício à inovação e ao crescimento de novos negócios.

Para tanto, a Secretaria busca estabelecer parcerias com instituições locais, oferecendo suporte a empreendedores e promovendo a criação de uma rede de colaboração que fortaleça o ecossistema empresarial da cidade, que representarão reflexos diretos no turismo.

Comércio: Na área do comércio, a Secretaria tem como objetivo criar incentivos que estimulem o setor em Santos. Por meio de projetos de revitalização e modernização de áreas comerciais, a Secretaria busca melhorar a infraestrutura urbana, atrair mais consumidores e promover a requalificação de espaços.

Projetos como a revitalização da Rua Álvaro Guimarães, na Zona Noroeste, da Rua Traubsi, na Ponta da Praia, e da Rua Azevedo Sodré, no Boqueirão, são exemplos de ações que beneficiam o comércio e contribuem para o dinamismo da cidade.

Além disso, a Secretaria se coloca como um ponto de apoio para o diálogo constante com os comerciantes, buscando entender suas demandas e articular soluções eficazes que estimulem o crescimento do setor.

TURISMO:

I – auxiliar o Prefeito:

- a) no cumprimento do programa de metas estabelecido no Plano Plurianual de governo para o setor de Turismo;
- b) na formulação e implantação da Política Municipal de Turismo.

II – dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados ao turismo, associado ao desenvolvimento econômico e inclusão social;

III – gerenciar os equipamentos turísticos;

IV – participar de câmaras e projetos intersetoriais, e da consolidação da rede de colaboração governo-sociedade, com interface no turismo;

V - gerir o Fundo de Apoio e Investimento ao Turismo – FAITUR;

VI – executar outras tarefas correlatas, a critério do Prefeito Municipal.

Atores sociais: O Turismo é influenciado e trabalhado por diversos atores da sociedade que contribuem para o funcionamento do seu sistema, objetivando a produção de um resultado. São eles: profissionais de turismo que atuam em agências, hotéis, restaurantes, transportes, equipamentos turísticos, sindicatos patronais e de funcionários, associações e todos os serviços ligados direta ou indiretamente ao Turismo, além da própria comunidade local.

2) Análise Retrospectiva

A pandemia trouxe grande impacto para o turismo e comércio, causando estagnação pelo fato de as atividades permanecerem paralisadas. Com a retomada econômica, o retorno das atividades e o amplo funcionamento dos serviços da cadeia produtiva, o turismo registrou desempenho positivo devido a demanda reprimida durante as restrições impostas pelas medidas de enfrentamento ao covid-19.

Com o turismo voltando a funcionar em sua normalidade, o setor apresentou resultados positivos, inclusive, superando números anteriores a pandemia.

Em 2024, a cidade recebeu 14.314.405 visitantes, o melhor índice desde 2020, e uma ocupação média de 58% ao longo do ano na rede hoteleira.

Santos ganhou com a inauguração do Parque Valongo e as diversas atrações artísticas e culturais na região central, confirmando a vocação do Centro Histórico como o destino certo para realização de eventos. Afinal, as atrações reuniram mais de 600 mil pessoas no mesmo local.

Outro reconhecimento importante foram os prêmios Top Destinos Turísticos. Em 2022, o título veio na categoria Turismo de Esportes e em 2023, na categoria de Turismo Cultural.

Santos, por contar com belas praias, áreas verdes com grande potencial de ecoturismo e um centro histórico de elevado valor cultural e patrimonial, torna-se um local natural para o desenvolvimento do potencial turístico.

Com a construção do novo Quebra Mar e do Parque Valongo, Santos ganhou novos espaços turisticamente qualificados.

Há um calendário de eventos consolidado no Turismo de Santos, como o Festival do Imigrante, o Festival da Primavera, o Festival Santos Café e outras ações importantes que atraíram milhares de pessoas e transformaram o centro histórico como polo turístico.

Santos recebeu ainda, o Prêmio IberoAmericano de Destino Inteligente, o Prêmio Top Destinos Turísticos e passou a ser um Distrito Turístico.

Outro projeto importante realizado pelo turismo foi a capacitação dos profissionais de turismo no curso “condutor de turismo de aventura”, conduzido pela equipe de profissionais do Sebrae.

SANTOS DESTINO TURÍSTICO INTELIGENTE (DTI):

Em 2023, foi instituído o programa “Santos Destino Turístico Inteligente” (DTI) através do decreto 10.183 que tem objetivo de transformar a Cidade em referência mundial no turismo.

Em 2024 Santos ganhou selo de “DTI em Transformação” já que após a realização de diagnóstico do Município foi criado Plano de Transformação com ações para atender a cada meta estabelecida para obtenção do selo DTI até 2030.

O Plano Diretor de Turismo foi instituído em 2017 pela lei nº 3.384 com objetivo de apresentar diagnóstico do Município e prospectar ações para o desenvolvimento do turismo. Em 2023 foi realizada sua primeira revisão através do decreto nº 4.206, conforme artigo 11 desta lei nova revisão deverá ser realizada em 3 anos, ou seja, em 2026.

DISTRITO TURÍSTICO DE SANTOS:

Em 2024 foi criado o Distrito Turístico de Santos. O Projeto dos Distritos Turísticos foram criados por lei estadual em 2021, e têm o objetivo de fortalecer economicamente o segmento, gerando emprego e renda e aumentando a competitividade do turismo paulista, utilizando medidas como isenções fiscais, parcerias com a iniciativa privada etc.

O Distrito Turístico de Santos abrange a região do Centro Histórico - que passa por diversas obras que vão reforçar o apelo turístico, o novo Mercado Municipal e a Vila Belmiro, com sua ligação histórica com o Santos FC e Pelé.

A partir deste ano o Conselho Gestor do Distrito Turístico, formado pelos poderes público, municipal e estadual, e sociedade civil, começarão a definir as etapas e prioridades para investimentos no distrito.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE SANTOS

O Observatório do Turismo de Santos tem por competência abastecer a pasta e o trade com dados e informações do desempenho do setor. Tem como objetivo o monitoramento de desempenho, aliando as políticas públicas com a competitividade e inovação, contribuindo para o desenvolvimento do turismo sustentável, criativo e inteligente na cidade de Santos.

No ano passado recebeu o Prêmio Ibero-Americano de Destinos Turísticos Inteligentes no segmento tecnologia e dados devido a sua acurácia, de dados.

Desde sua implementação, vem apresentando resultados e possibilidades de decisões para a gestão do turismo na cidade, além de receber a chancela do Centro de Inteligência da Economia do Turismo - CIET, da Secretaria de Turismo e Viagens do Governo do Estado de SP, validando seu trabalho e contribuindo para a Rede Brasileira de Observatórios de Turismo.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS DE TURISMO

As ações de promoção em eventos nacionais e internacionais de turismo, são de suma importância para a consolidação da identidade turística da cidade nos principais polos emissores de Turismo.

Nos últimos anos, temos realizado participações nas principais feiras de turismo e como resultado nota-se o aumento na taxa de ocupação da rede hoteleira, o aumento de arrecadação das atividades turísticas e também aumento no fluxo de turistas na cidade.

Esse trabalho precisa ser contínuo e complementado, ampliando o fôlego e foco nas ações diretas de promoção B2B e B2C, além de campanhas de marketing e materiais promocionais diferenciados.

O mercado de turismo está em expansão e com o aumento de opções de destinos, Santos precisa fortalecer sua presença no mercado.

A tendência mundial mostra que o setor é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico e social, conforme indicado pela *ONU*.

Nesse sentido, a manutenção e/ou reforma dos equipamentos turísticos é imprescindível para que Santos esteja pronta para receber bem os turistas que estão ávidos por novas experiências.

- Ponte Edgard Perdigão;
- Museu Pelé;
- Centro de Atividades Turísticas da Zona Noroeste;
- Postos de Informação Turísticas;
- Regulamentação do Acesso e Circulação de veículos de turismo no município – Turismo de um dia;
- Revitalização da Região Central Histórica.

3) Análise Prospectiva

Considerando a análise prospectiva para a Secretaria, informamos os seguintes projetos:

- Participação em feiras de turismo e eventos; - Museu Pelé:
 - Estudo para a realização de publicização;
 - Adaptação para a classificação como Museu para captação de recursos externos a fim de melhorar e aprimorar os serviços oferecidos.
- PIT da Praça das Bandeiras – troca do bonde e acessibilidade ao novo veículo;
- Revitalização da Região Central Histórica, além de fomento e desenvolvimento de projetos para a melhoria do centro histórico;
- Divulgação de Santos como destino turístico;
- Implantação do Terminal de Cruzeiros Marítimos no Parque Valongo;
- Instalar o Museu Ferroviário na Estação do Valongo, em parceria com o Governo do Estado;
- Implantar o Hotel-Escola no Centro Histórico;

Plano Plurianual 2026 a 2029

- Requalificar o Mercado Municipal e seu entorno como Polo Turístico, de Comércio e Empreendedorismo;
- Fomento do turismo de base comunitária a partir da revitalização do projeto do Portinho do Caruara aliado ao desenvolvimento do turismo náutico;
- Fomentar o turismo náutico, criando novos roteiros a partir da Ponte Edgard Perdigão, na Ponta da Praia, do novo Terminal da Bacia do Mercado, do flutuante do Parque Valongo e do novo Portinho do Caruara;
- Incrementar o ecoturismo por meio da criação de rotas turísticas na Área Continental; no Parque Ambiental dos Mangues, na Zona Noroeste e no Parque Ambiental dos Morros;
- Revisão do Plano Diretor de Turismo previsto para o ano de 2026;
- Palestras para os comerciantes através de temas que agreguem às atividades como marketing, investimentos e contabilidade;
- Desenvolver o Posto Avançado (Sebrae Aqui) na Zona Noroeste no CAT ZN para incentivar os comerciantes da região e qualificar o pequeno empreendedor;
- Qualificação e capacitação nos mais diversos segmentos, como a disponibilização de 150 vagas para curso de inglês no Centro Paula Souza para a equipe da Guarda Municipal e qualificação de mão-de-obra no atendimento e outras funções como de taxistas;
- Instituir campanhas e calendário de eventos para o incentivo das vendas em comércio de lojas de rua;
- Participação na atualização do Código de Posturas Municipal;
- Intermediar a relação entre comerciantes e demais secretarias e envolvidos no comércio;
- Intermediar o desenvolvimento de estratégias que simplifiquem a aprovação e regularização de atividades comerciais.
- Fomentar o Turismo Histórico e Cultural.
- Aprimorar o Turismo de Cruzeiros.
- Promover Turismo Ecológico e de Aventura.
- Promover Capacitação de Profissionais e Empreendedores do Setor como guias, comerciantes, profissionais de hotelaria e alimentação.
- Garantir Acessibilidade e Inclusão no Turismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**1) Apresentação**

A Secretaria de Esportes é uma prestadora de serviços visando a promoção da qualidade de vida do munícipe através da prática de atividade física, esporte e lazer.

A história do esporte na cidade de Santos é rica e diversificada, refletindo a importância da cidade como um dos principais centros esportivos do Brasil.

Santos abriga várias competições e eventos esportivos ao longo do ano, promovendo uma cultura esportiva vibrante.

A cidade conta com várias instalações esportivas, diversas praças e clubes que incentivam a prática de atividades físicas e esportivas para pessoas com deficiência, idosos e também a formação de atletas de alto rendimento.

Promover atividades esportivas em áreas de maior vulnerabilidade que garantam a inclusão social e o fomento de iniciativas para a formação de futuros campeões é uma das principais metas a serem alcançadas pelo poder público.

É muito forte a tradição e a variedade de modalidades esportivas que contribuem para a cultura e a identidade da cidade. A paixão dos santistas pelo esporte e o apoio a atletas locais é evidente, consolidando Santos como um importante polo esportivo no Brasil.

Todas essas ações visam à promoção de um ambiente favorável à qualidade de vida dos munícipes, oferecendo meios para aprimoramento e manutenção da saúde.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

- Falta de recursos, o que acarreta a não realização de manutenção preventiva dos equipamentos públicos esportivos, causando problemas de âmbito estrutural e ausência de modernização de materiais (administrativo e esportivo);
- Defasagem no quadro de servidores, acarretando em problemas internos e externos, como fiscalização de atividades e eventos;
- Legislação de praia e código de postura ultrapassados;
- Falta de interface informacional (entre as seções da Semes e entre a Semes e outras secretarias);
- Falta de climatização nas unidades da Semes (unidade administrativa e equipamentos esportivos);

A Secretaria de Esportes, assim como o serviço público em geral, sofre com a defasagem operacional de recursos para a realização de sua atividade fim.

Nesse sentido, um orçamento limitado aliado à diminuição do quadro de funcionários, dificulta a ampliação da oferta dos serviços essenciais da Secretaria de Esportes. Apesar dos esforços dos gestores, nem sempre é possível encontrar soluções aos

variados problemas de forma rápida que atendam de imediato as necessidades de melhorias das condições dos serviços prestados a sociedade.

Em suma, são muitos os problemas e desafios que a Secretaria de Esportes enfrenta no seu dia a dia para entregar o melhor serviço para a comunidade.

3)Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

- Parcerias público/privadas;
- Busca de recursos Federais e Estaduais;
- Leis de incentivo;
- Emendas Parlamentares;
- Criação de sistema compartilhado entre as Secretarias de acompanhamentos dos próprios públicos;
- Viabilização de Concurso Público e nomeação para os diversos cargos;
- Criação de programa de capacitação contínua dos servidores;
- Aprimoramento da prestação de serviço para ampliação dos atendimentos realizados;
- Aquisição de novos equipamentos.

Tendo em vista a limitação financeira que contrapõe as exigências por ampliação e aprimoramento dos serviços já prestados, cabe à Secretaria de Esportes otimizar seus recursos, além de buscar novas fontes de rendimento em esferas federais e estaduais (como as Leis de Incentivo ao Esporte) para suplementar o orçamento e visar a realização de eventos e ampliação da oferta de atividades aos locais que carecem da atuação da SEMES, seja efetivamente com nosso quadro de servidores ou por meio de parcerias que suprem a ausência de funcionários enquanto não se viabiliza a realização de concurso público.

Outra estratégia é investir na manutenção preventiva dos equipamentos e materiais utilizados em nossos atendimentos, que aliado ao processo de capacitação contínua dos servidores, propiciará um ambiente favorável à inovação e resolução de problemas, tornando mais responsável o funcionamento da Secretaria.

Instituir o Plano Municipal de Esportes de Santos.

- Incentivar as atividades esportivas como meio de promoção da saúde física e mental, do convívio social e da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos.
- Altera o Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio ao Esporte (PROMIFAE) para ampliar a alíquota de incentivo de 0,2% para 0,3%.
- Institui diretrizes para a ampliação de programas permanentes de lazer ativo e gratuito em espaços públicos, com possibilidade de fechamento temporário de vias para atividades esportivas e recreativas destinadas a todas as faixas etárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**1)Apresentação**

Garantir pleno exercício dos direitos culturais e o acesso democrático à arte e cultura. Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Gerenciar equipamentos, promover cursos e oficinas, organizar eventos, fomentar a pesquisa cultural.

2)Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

- Reformular a alíquota orçamentária para realizar planos de manutenção ideal de seus equipamentos e atividades culturais;
- Reformular o quadro funcional com vistas ao atendimento do aumento da demanda infraestrutural e de prestação de serviços da Secretaria de Cultura, tanto para implementação de novos projetos das políticas públicas, como para a qualificação de seus competes dentro de suas atividades e operacionalidades atuais;
- Potencializar ações na área da cultura popular, com destaque ao Carnaval e o Desfiles das Escolas de Samba;
- Viabilizar a transformação do estudo de música, por meio da criação da Escola Pública de Música, a exemplo das já existentes na área de teatro e dança;
- Implementar a Escola Pública de Cinema de Santos;
- Fomentar o desenvolvimento de ações e projetos de Arte Urbana e Artes Visuais;
 - Instituir o roteiro de espetáculos gratuitos na Zona Noroeste, Morros, Área Continental e Central;
- Criar ‘Lei Cultura Viva Municipal’, nos moldes da existente na esfera Federal;
 - Ampliar políticas e ações culturais nas áreas periféricas e de maior vulnerabilidade no Município.

3)Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

	UNIDADE	COMPROMISSO	ANO EXECUÇÃO
1	CULTURA	Dar continuidade na implementação das metas do Plano Municipal de Cultura bem como sua avaliação e atualização	Ação iniciada com prazo até 2027

DIAGNÓSTICO SETORIAL

Plano Plurianual 2026 a 2029

2	CULTURA	Ampliar a quantidade de atividades culturais (formação e acesso aos bens culturais) nas áreas de vulnerabilidade social.	Ação iniciada com prazo até 2028
3	CULTURA	Criar a Escola de Música Gilberto Mendes, no Teatro Coliseu, destinada a	Em fase de préprojeto, com prazo até 2029
		descobrir novos talentos para a futura Orquestra Jovem de Santos.	
4	CULTURA	Criar o núcleo de capacitação de profissionais da cultura para editais, para facilitar a participação dos artistas e produtores da Cidade.	Ação iniciada com prazo até 2027
5	CULTURA	Criar a Primeira Escola Pública de Cinema de Santos e dar visibilidade às ações de qualificação na área do cinema.	Ação iniciada com prazo até 2028
6	CULTURA	Ampliar o Sambódromo, Complexo Cultural da Zona Noroeste, reafirmando a importância da tradição do Carnaval e dos Desfiles das Escolas de Samba na cultura santista	Em fase de préprojeto, com prazo até 2029
7	CULTURA	Criar a Escola de Dança na Zona Noroeste, Morros e Área Continental	Em fase de préprojeto, com prazo até 2029
8	CULTURA	Criar o Núcleo da Cultura da Longevidade	Ação iniciada com prazo até 2027
9	CULTURA	Criar o Polo Cultural Tecnológico “Santos Experience” na Casa da Frontaria Azulejada	Ação iniciada com prazo até 2028
10	CULTURA	Criar a Lei de Fomento ao Desenvolvimento das Artes Urbanas na Cidade, transformando corredores urbanos em galerias de arte a céu aberto	Ação iniciada com prazo até 2027
11	CULTURA	Criar a Lei Municipal de Cultura Viva para o fortalecimento da rede de coletivos, centros culturais e profissionais da cultura.	Ação iniciada com prazo até 2026
12	CULTURA	Criar ‘Pontos de Cultura’ nos bairros, em parceria com as Sociedades de Melhoramentos e Associações	Ação iniciada com prazo até 2027

- Incentivar as manifestações artísticas e culturais, com valorização da diversidade e da preservação da história e identidade cultural do Município.
- Incentivar e estimular a participação da comunidade escolar no projeto Arte na Capa para garantir a execução deste.
- Incentivar e estimular a participação da comunidade escolar no projeto Prêmio Educador para garantir a execução deste.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA**1)Apresentação:**

A Secretaria de Comunicação e Economia Criativa - SECOM surgiu com a proposta da criação e divulgação de campanhas institucionais e dos atos oficiais, elaboração dos layouts da identificação dos próprios públicos tornando a linguagem visual unificada e o acompanhamento e suporte a todas as unidades da administração pública junto aos veículos de comunicação em geral, em consonância com as metas das transparências dos atos públicos, por meio da Dicom – Diretoria de Comunicação e do Demark – Diretoria de Marketing, concomitantemente com o desenvolvimento, apoio e incentivo à Economia Criativa através de feiras e eventos, formando e capacitando pequenos empreendedores.

- Feito em Santos – Destacamos o “Feito em Santos” que consiste num grupo de empreendedores voltados à economia criativa, que participam dos eventos e feiras realizados pelo DIEC – Diretoria de Inovação e Economia Criativa, vinculados também à Plataforma do Instagram Feito Em Santos.
- Vilas Criativas – Locais próprios públicos ou conveniados com a Secretaria de Comunicação onde são desenvolvidos atividades culturais, esportivas e cursos profissionalizantes no intuito de capacitar os moradores de áreas em situação de vulnerabilidade, proporcionando a possibilidade de desenvolvimento de geração de renda.

2)Desafios, deficiências e ausências

Um ponto a se destacar é a necessidade de cada vez mais a Administração Pública contribuir de maneira efetiva ao acesso à informação pelo Município. A cidadania pode ser entendida como a possibilidade de cada um e de todos conhecerem suas obrigações e usufruírem de seus direitos. E a democratização do acesso à informação é um dos pré-requisitos para o seu pleno exercício e principal desafio da Comunicação da Administração Pública.

Embora a opinião pública seja definida como um processo contínuo de troca mútua de experiências, por outro lado, cada vez mais expande-se o fenômeno “fake news”, que consiste na divulgação de notícias sem comprovação oficial de veracidade que vem principalmente das chamadas redes sociais, entre elas o Facebook. Se essa importante ferramenta colaborou para democratizar a informação, também permitiu que fatos não comprovados se espalhassem pela rede e, na maioria das vezes, sem sequer ouvindo o outro lado, princípio básico do jornalismo, exigindo um empenho máximo da Administração para fortalecer as suas plataformas.

O grande desafio da Economia Criativa é atender de forma mais abrangente possível às necessidades e expectativas dos pequenos empreendedores, promovendo cursos de capacitação e atualização, não só nas áreas específicas de seus negócios como também de gerenciamento e administração. Outra necessidade fundamental é abrir novas oportunidades de contato com o público, possibilitando também que tenham a

oportunidade de mostrar os seus trabalhos e assim aumentar a abrangência de consumidores.

A realização de feiras e a participação nos eventos já tradicionais promovidos não só pela SECOM como também pelas diversas secretarias da administração visam a possibilidade dos empreendedores divulgarem seus trabalhos para munícipes e turistas.

A plataforma do Feito em Santos também se tornou uma ferramenta fundamental de exposição universal dos empreendedores, possibilitando que as pessoas conheçam e possam adquirir os produtos à distância.

Consideramos que o maior desafio, tanto das Diretorias de Marketing e de Comunicação como a de Inovação e Economia Criativa, é atingir o maior número de pessoas interagindo com os canais de informação da Prefeitura e com isso tornando as ações da administração mais transparentes, além de possibilitar um maior conhecimento sobre o do empreendedorismo e geração de renda locais.

3) Demandas e Oportunidades

A grande demanda na área da Comunicação da Prefeitura de Santos é a eficácia das suas redes sociais, que representam o futuro da comunicação em massa e funcionam como uma ferramenta fundamental de engajamento social. No Poder Público, fazem a ponte entre o Governo e a sociedade, contribuindo para maior transparência dos atos e a garantia de um dos princípios constitucionais, o da publicidade.

Esse planejamento faz parte de um projeto maior que visa democratizar o acesso à informação e aprimorar os canais de comunicação entre Prefeitura e população, de forma interativa e dialógica. Como meta para os próximos anos, a Secretaria dará continuidade à divulgação dos serviços prestados pela Administração, por meio da imprensa e das redes sociais, assegurando a transparência das informações de interesse do cidadão.

Para a efetiva realização desse projeto, as Diretorias de Comunicação e de Marketing necessitam de equipamentos compatíveis com a tecnologia atual, sendo preciso para os próximos anos, a atualização dos aparelhos e ferramentas. paralelamente a essas metas, cabe também ao Marketing da Secom a produção e divulgação de campanhas de interesse público, visando conscientizar e informar as ações necessárias, tanto por parte da Administração como do cidadão, nas áreas da cidadania, saúde, educação e meio ambiente além de divulgar eventos esportivos, culturais e de incentivo ao turismo.

Para desenvolver melhor os objetivos da Economia Criativa necessitamos de uma rede de maior apoio para a realização das feiras, como licitações mais ágeis e parcerias. As Vilas Criativas, com as expansões realizadas e as novas a serem inauguradas, necessitam da abertura de novos chamamentos públicos para parcerias com as OSC – Organizações da Sociedade Civil, para ministrar as oficinas/práticas profissionalizantes, culturais, artísticas, esportivas de atividades físicas, terapêuticas e lúdicas.

- Criação e manutenção de campanhas informativas permanentes

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE**1) Apresentação**

Tendo em vista que Santos tem sua história, identidade, tradições, hábitos, dimensões, desenhos e interstícios próprios e singulares resultantes de um pulsar diário complexo, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade para coordenar as políticas públicas e ações voltadas à recuperação, conservação e proteção ambiental, ao desenvolvimento urbano sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população.

Essa visão integrada e transversal tem como objetivo fazer com que a cidade possa enfrentar com resiliência os desafios ambientais, urbanísticos e sociais do século XXI.

A partir de um diálogo constante com a sociedade civil e com os diferentes órgãos públicos nas diversas esferas do poder, a Secretaria atua em três vertentes. A primeira voltada às políticas e ações de recuperação e conservação ambiental, tendo em vista os recursos naturais. Nesta vertente, destacam-se a busca de soluções baseadas na natureza, além das questões de gestão da Mata Atlântica, fortalecimento da biodiversidade, estabelecimento de conexões de áreas verdes, aumento de áreas permeáveis, saneamento ambiental, adaptações às mudanças climáticas, fortalecimento da caminhabilidade, implementação de ciclorrotas, mobilidade sustentável, dentre outros aspectos.

A segunda está voltada ao controle com o monitoramento e fiscalização ambiental associado às diretrizes da Educação Ambiental, à mitigação dos impactos ambientais e urbanos. Atrêm-se a este cenário os procedimentos de licenciamento ambiental e urbanístico com as medidas mitigatórias e compensatórias.

Acrescenta-se a terceira vertente que envolve o resgate sócio-cultural aprimorando as políticas e ações de identidade e pertencimento da comunidade com ações para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades. Nessa vertente, destaca-se a regularização fundiária, o estabelecimento de infraestrutura, a universalização e a criação de espaços urbanos que respeitem as especificidades ambientais e culturais da cidade.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências A Secretaria, a partir de 2025, está diante de novos desafios vinculados às políticas públicas de integração dos aspectos ambientais, urbanísticos e sócio-culturais. Gerencia ainda o Escritório Técnico Alegria Centro, a Seção de Patrimônio Histórico e Cultural de Santos, a Coordenadoria de Avaliação Imobiliária e a Coordenadoria de Apoio a Projetos Especiais, unidades estas que apresentam uma ampla interface com os demais setores da Prefeitura de Santos.

Acrescenta-se que a Secretaria passou a municipalizar o Licenciamento Ambiental, além de ter vários projetos aprovados vinculados ao aporte financeiro de outras esferas do poder.

Insta destacar ainda que esta Secretaria gerencia Conselhos e Fundos vinculados ao meio ambiente e ao desenvolvimento urbano.

Plano Plurianual 2026 a 2029

Por fim, releva mencionar que a Semam gerencia o Aquário Municipal, o Orquidário de Santos e o Jardim Botânico, equipamentos que demandam não só profissionais qualificados como servidores para a manutenção e limpeza destes. Assim, diante do exposto acima são destacados os seguintes aspectos:

Monitoramento, Fiscalização e Licenciamento Ambiental: Atividades que demandam técnicos especializados em questões do ar, água, solo, flora e fauna. Ressalta-se que diversas ações envolvem a presença de funcionários em diferentes períodos, fora do horário normal de trabalho, a exemplo da fiscalização voltada à poluição sonora, ou mesmo deslocamentos contínuos para a área continental de Santos.

Infraestrutura e Equipamentos: A depreciação das instalações prediais, do mobiliário de escritório, dos equipamentos técnicos específicos, dos equipamentos eletrônicos, dos veículos e a necessidade de atualização tecnológica.

Assim, a seguir são elencadas algumas prioridades.

Necessidade de manutenção e renovação do mobiliário com ergonomia para funcionários que projetam (passam a maior parte do tempo de serviço sentados)	Evitar afastamento de servidores por problemas de coluna e movimentos repetitivos (LER)
Necessidade de ampliação e manutenção de equipamentos eletrônicos de qualidade	As demandas da Semam exigem o uso de imagens, banco de dados e programas específicos da área de meio ambiente, arquitetura, engenharia que requerem estações gráficas de qualidade, especialmente para modelagem digital
Necessidade de aquisição de assinaturas de <i>softwares</i> dedicados à elaboração de projetos e modelagem 3D e manutenção periódica das assinaturas (renovação) garantindo o acesso a novos recursos disponibilizados e interface de integração com outros programas	As demandas da Semam exigem o uso de imagens, banco de dados e programas específicos da área de arquitetura, engenharia que requerem estações gráficas de qualidade, especialmente para modelagem digital

Quadro Funcional: Há necessidade de *ampliação e reposição* do quadro de profissionais qualificados nas áreas de meio ambiente, mudanças climáticas e urbanismo, em virtude do aumento das demandas da própria secretaria e de aposentadorias, afastamentos e desligamentos. Acrescenta-se ainda a necessidade de servidores para as operações de manutenção preventiva e corretiva, além da limpeza dos equipamentos, especialmente parque geridos pela Semam.

NECESSIDADES FUNCIONAIS PARA 2025-2029

Regularização Fundiária: Inicialmente, é importante destacar a pressão que os núcleos subnormais fazem sobre o meio ambiente. Assim, o desafio da regulação fundiária de áreas informais é fundamental para que haja segurança jurídica e a legalidade do patrimônio, interação social e urbana, minimizando as questões de pobreza.

Plano de Arborização Urbana e Inventários Ambientais: Há necessidade de desenvolvimento de planos setoriais específicos, a exemplo do Plano Diretor de Arborização Urbana e inventários de gases de efeito estufa e arbóreos.

Vida Animal: Há necessidade de manter e ampliar as temáticas voltadas à vida animal a exemplo de atendimento veterinário com insumos específicos, castrações, adoções, dentre outros fatores. O hospital veterinário da Zona Noroeste está em fase de obras e há necessidade de se discutir o sistema de gestão do mesmo, uma vez que não há equipe técnica suficiente para tal função.

Revitalização Urbana: Na área urbana o Plano de Arborização Urbana integra-se à revisão e atualização do Plano Municipal de Mobilidade, com ênfase nas políticas de acessibilidade e inclusão. Assim, há necessidade de modernização dos programas de pedestrialização, do Plano Cicloviário, além da promoção de agendas de discussão sobre a manutenção das calçadas. Inclui-se ainda o desenvolvimento de adequações do *design* urbano aos desafios de mobilidade e transporte. Em síntese, deverá haver a atualização de diretrizes que orientem o crescimento urbano nas áreas subutilizadas, dotadas de infraestrutura.

Parques: Os equipamentos Aquário e Orquidário completam cerca de 80 anos de funcionamento e carecem de adequações em sua infra e superestrutura para que se mantenham como referência turística na cidade. Por sua vez, o Jardim Botânico tem a vocação de ser transformado em um laboratório da Mata Atlântica.

PROJETOS, PROPOSTAS E AÇÕES PARA 2026

PROJETOS, PROPOSTAS E AÇÕES	STATUS
Implementação e adequações de políticas para atendimento do ODS 11 da ONU: cidades e comunidades sustentáveis	Projeto de implementação contínua
Programa Vias Verdes	Projeto desenvolvido
Projeto Parque Palafitas	Projeto desenvolvido e em implantação
Operação Urbana no Centro	Interlocução com investidores
Regularização Fundiária do Monte Cabrão, Zeis 1 – Pantanal de Cima (Fase 4), Jardim Santa Matia (ZO), Vila Haddad (Saboó), Caruara (Setor 4)	Projetos desenvolvidos
Parque Valongo (Fase 2)	Projeto desenvolvido e em implantação
Pedestrialização das vias do Centro	Projeto desenvolvido e em implantação
Praça da Integração – Museu Ferroviário	Projeto desenvolvido/análise nos órgãos de defesa do patrimônio
Praça Gilberto Mendes	Projeto desenvolvido
Garçário (Mercado do Peixe)	Projeto desenvolvido
Portinho do Caruara	Projeto desenvolvido

Reurbanização da praça Manoel Joaquim Lopes	Projeto desenvolvido
Revitalização da rua Constituição	Projeto desenvolvido
Revitalização da Bacia do Mercado	Projeto desenvolvido e em implantação
Participação da Câmara Judicial da Vila dos Criadores	Projetos desenvolvidos
Revitalização do Mercado Municipal	Projeto desenvolvido e em implantação
Centro Esportivo São Manoel	Projeto desenvolvido
Ciclofaixa da Campos Salles	Projeto desenvolvido
Ciclovía da Hugo Maia	Projeto desenvolvido
Ciclovía da Senador Feijó	Projeto desenvolvido
Ciclovía da Silva Jardim	Projeto desenvolvido
Revitalização da Ciclovía da Rangel Pestana	Projeto desenvolvido
Padronização da cobertura dos quiosques da orla da praia	Projeto desenvolvido
Espaço Pet da praça Evelina Alca Santana	Projeto em desenvolvimento
Campo de Futebol - Caneleira	Projeto em desenvolvimento
Revitalização da praça José Bonifácio	Projeto em desenvolvimento

3)Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Com o objetivo de superar os desafios identificados e promover a sustentabilidade ambiental e urbana, a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade estabelecerá uma série de diretrizes e ações estratégicas voltadas à

Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

Implementar o Plano de Desenvolvimento e Expansão Urbana de Santos, com foco no ordenamento do uso do solo, integrando zonas residenciais, comerciais e industriais de forma sustentável.

Ampliar a política de regularização fundiária, com ações que garantam a infraestrutura adequada para a população de baixa renda, promovendo a inclusão social.

Intensificar a requalificação e revitalização urbana, promovendo a renovação de áreas degradadas e a melhoria da infraestrutura urbana, com especial atenção para áreas de risco e de baixa infraestrutura.

Atualizar e implementar as diretrizes do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, integrando transporte público, transporte cicloviário e calçadas acessíveis, garantindo a mobilidade sustentável para todos os cidadãos.

Meio Ambiente, Recuperação, Conservação e Preservação

Criar e promover centros de compostagem e agricultura urbana, incentivando práticas sustentáveis no uso da terra.

Implementar a metodologia de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) e soluções baseadas na natureza para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Intensificar a fiscalização e o licenciamento ambiental, especialmente no que diz respeito ao controle da poluição e a preservação da biodiversidade.

Criar um Centro de Educação Ambiental e desenvolver programas educativos para sensibilizar a população sobre a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental. *Bem-Estar Animal*

Intensificar campanhas de controle populacional animal e vacinação contra doenças virais, além de promover o bem-estar animal e a posse responsável.

Implantar um hospital veterinário municipal e um centro de zootecnia, garantindo atendimento adequado aos animais e ações de controle sanitário.

Integração e Parcerias

Estimular parcerias intersetoriais com outras secretarias, órgãos governamentais, entidades de ensino e a sociedade civil para implementar projetos que integrem as áreas de meio ambiente e urbanismo, promovendo soluções inovadoras e sustentáveis.

Desenvolver projetos e ações intermunicipais e internacionais, buscando recursos externos e experiências de sucesso em outros contextos urbanos e ambientais.

Ações Integradas para o Futuro:

Ampliar a coleta seletiva e a destinação adequada de resíduos;

Implementar soluções para enfrentamento de erosões. O monitoramento ambiental será realizado de forma integrada com o planejamento urbano, promovendo a resiliência e sustentabilidade das áreas mais vulneráveis.

Investir na criação de projetos para a redução de resíduos e a promoção de práticas ecológicas no cotidiano da população.

- Promover a educação ambiental, a mitigação das mudanças climáticas e o incentivo à economia verde.

- Revitalizar e Valorizar a Orla da Praia.

- Enfrentamento às mudanças climáticas.

- Programa Conservação e Recuperação do Bioma Mata Atlântica e Enfrentamento à Crise Climática Ampliar os investimentos locais para enfrentar crise climática, proteger e recuperar o bioma mata atlântica, qualificar e manter equipes profissionais capacitadas de maneira a buscar a construção de uma sociedade resiliente aos eventos extremos, incluindo:

. Acompanhar a implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, incluindo o cumprimento de suas metas e indicadores, sua articulação com o Plano de Ação Climático de Santos, propondo sua revisão periódica e garantindo o necessário controle social;

. Propor e acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Macro área Continental de Santos, buscando articular estratégias de

Plano Plurianual 2026 a 2029

desenvolvimento socioeconômico da população local com a qualificação, recuperação e conservação do Bioma da Mata Atlântica;

- . Acompanhar a implementação do Plano Santos Sustentável, incluindo o cumprimento de suas metas e indicadores propondo sua revisão periódica e necessário controle social;

- . Acompanhar a implementação do Plano de Arborização Urbana, incluindo o cumprimento de suas metas e indicadores propondo sua revisão periódica e necessário controle social;

- . Promover a gestão das áreas verdes urbanas, incluindo praças e parques urbanos, garantindo a manutenção e o manejo adequado das espécies arbóreas e arbustivas;

- . Acompanhar a implementação do Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Gerado em Santista e as ações ambientais de qualificação do desenvolvimento regional e metropolitano;

- . Acompanhar a implementação e operação do Plano Preventivo de Queda de Árvores.

- Criar Programa de Gestão do Saneamento e dos Recursos Hídricos.

- . Estruturar o Departamento de Saneamento Básico e de Recursos Hídricos, cujas atribuições serão definidas em lei específica, responsável pela elaboração, discussão e implementação da política de saneamento do município de Santos e da política de recursos hídricos, incluindo a relação com as concessionárias e empresas prestadoras de serviço de saneamento e sua interface com as demais políticas públicas;

- . Acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento, incluindo o cumprimento de suas metas e indicadores, propondo sua revisão periódica, sua articulação com o Plano de Ação Climático de Santos, com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, com o Plano de Habitação e com o Plano de Bacia Hidrográfica, garantindo o necessário controle social bem como a implementação de alternativas para qualificar o desenvolvimento urbano e universalizar a prestação de tais serviços;

- . Acompanhar a implementação da Política Regional e Estadual de Recursos Hídricos, aí incluído o apoio e participação no Comitê de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista e implementação e acompanhamento do respectivo Plano de Bacia Hidrográfica;

- . Reestruturar o planejamento dos serviços e monitorar a prestação dos serviços públicos de abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgotos;

- . Acompanhar a qualidade dos canais fluviais e estuário e a balneabilidade das praias;

- . Reestruturar o planejamento dos serviços e monitorar a prestação dos serviços de resíduos sólidos, particularmente dos resíduos sólidos urbanos e resíduos da construção e demolição;

. Reestruturar o planejamento dos serviços e monitorar a prestação dos serviços de drenagem de águas pluviais, aí incluída a reavaliação dos sistemas existentes frente às mudanças climáticas.

- Criar o programa orçamentário "Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social:

. Propor estratégias para a implementação do Plano Municipal de Habitação, incluindo o cumprimento de suas metas e indicadores, propondo sua revisão periódica, sua articulação com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Plano de Regularização Fundiária, Plano de Ação Climática de Santos, Plano Municipal de Redução de Riscos, de Saneamento Básico, de Mobilidade e Transportes, entre outros, garantindo o necessário controle social e a participação dos Movimentos de Moradia;

. Propor estratégias para acelerar e viabilizar a regularização fundiária, a criação, o acompanhamento e implementação das Zonas Especiais de Interesse Social, das comissões municipais de urbanização e legalização, etc;

. Implementar estratégias de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, facilitando a qualificação das moradias de interesse social quanto à elaboração de projetos, melhoria da segurança, redução de custos, fomento ao conforto térmico e conexão com os serviços públicos de abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgotos, coleta de resíduos, rede elétrica, etc.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**1) Apresentação**

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) é o órgão encarregado da representação judicial e extrajudicial do Município de Santos e da consultoria jurídica da Administração Direta, bem como é responsável pela inscrição e cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

No âmbito administrativo, a PGM atua nas ações e projetos de todas as Secretarias, obrigatoriamente nos casos previstos em lei.

No âmbito judicial, a PGM propõe ações no interesse do Município e o defende nas contrárias, acompanhando os processos até o final, incluindo o controle de pagamento de condenações.

Dentre as suas atribuições, a PGM impulsiona a cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa e analisa os pedidos de parcelamento por meio da Procuradoria Fiscal (PROFISC). Além disso, a Procuradoria Patrimonial e Trabalhista (PROTRAB) atua nas questões trabalhistas e patrimoniais e no registro de documentos junto aos cartórios.

Por fim, a Procuradoria Judicial (PROJUR) efetua a análise dos contratos a serem firmados pelas Secretarias e demais órgãos do Município de Santos.

Atualmente são desenvolvidos procedimentos internos com o objetivo de tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e judiciais.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

Os problemas identificados pela PGM se relacionam com a deficiência da infraestrutura física e operacional e insuficiência de recursos humanos e suporte técnico para o desempenho de suas atividades rotineiras.

- Quadro de pessoal defasado;
- Defasagem no sistema de gestão de dívida ativa.
- Sistema de acompanhamento de processos judiciais eletrônicos integrado com a Justiça Federal e Estadual;
- Aprimoramento tecnológico.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Com vistas ao aprimoramento dos serviços, a PGM busca racionalização do serviço e investimentos na sua estrutura e aparelhamento, mobiliário, reforma das instalações físicas e recomposição dos quadros funcionais.

- Aumento no quadro de pessoal (administrativo e técnico):

DIAGNÓSTICO SETORIAL

Plano Plurianual 2026 a 2029

Ação: Nomeação de Procuradores para reposição; Reposição de Oficiais de Administração; Nomeação de Contador.

- Aperfeiçoamento na gestão da Dívida Ativa:

Ação: Envolver recursos financeiros e operacionais que permitam o acesso a ferramentas de inteligência artificial e integração maior de sistemas entre Dívida Ativa e protestos – Tribunais e Cartórios de Registro.

- Sistema de acompanhamento de processos judiciais eletrônicos integrado com a Justiça Federal e Estadual:

Ação: Contratação de prestação de serviços a ser desenvolvida, nos moldes do contrato da PGM com a empresa SOFTPLAN.

- Aprimoramento tecnológico:

Ação: Promover a interligação das procuradorias On-Line, aquisição e manutenção de equipamentos, e capacitação de servidores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA**1)Apresentação**

A Secretaria Municipal de Segurança de Santos tem como desígnio precípua assegurar a proteção da população, a incolumidade da ordem pública e a edificação de um ambiente seguro e acolhedor para todos os munícipes. Em sinergia com as forças de segurança estaduais e federais, bem como com os órgãos municipais e a sociedade civil, empenhamo-nos em fortalecer as políticas públicas voltadas à segurança preventiva, à fiscalização urbana diligente e ao pronto amparo às emergências.

Além das ações de segurança, a Secretaria também atua na área de Proteção e Defesa Civil, sendo responsável pelas medidas permanentes destinadas à prevenção, preparação, mitigação, resposta e reconstrução das consequências de eventos oriundos de desastres, além de auxiliar a população das áreas atingidas, com o objetivo de estabelecer o bemestar social.

Nesta perspectiva, estão em operação os seguintes Planos de Contingência: Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC); Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR); Plano de Contingência para Ressacas e Inundações; o Plano Preventivo para Queda de Árvores, Plano para Execução das Obras, bem como na capacitação e treinamento da comunidade através dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil.

Desde sua fundação, a Secretaria Municipal de Segurança desempenha um papel fundamental na construção de um ambiente seguro e resiliente em Santos. Essa contribuição se manifesta na coordenação estratégica da Guarda Civil Municipal (GCM), que atua no patrulhamento preventivo e ostensivo, garantindo a proteção do patrimônio público e o bem-estar da população, na gestão eficaz da Defesa Civil, que implementa medidas de prevenção, mitigação e resposta a desastres naturais e outras emergências, protegendo vidas e patrimônios, e também na administração da Junta Militar, que desempenha um papel importante no alistamento e na mobilização de cidadãos para o serviço militar.

O Plano Plurianual (PPA) desta Secretaria estabelece as diretrizes, metas e ações estratégicas para o quadriênio subsequente, alinhando investimentos e iniciativas ao desenvolvimento sustentável da cidade e à otimização dos serviços prestados. Priorizamos a modernização da Guarda Civil Municipal, a expansão da vigilância eletrônica, o aprimoramento da Defesa Civil mediante a incorporação de tecnologias de ponta e o aperfeiçoamento contínuo dos agentes, visando a uma atuação cada vez mais proficiente.

Em consonância com as diretrizes do PPA, a Secretaria Municipal de Segurança reafirma seu compromisso com uma gestão integrada, transparente e participativa, assegurando que Santos se mantenha como cidade segura, resiliente e preparada para os desafios vindouros. Através da execução das ações planejadas, buscamos concretizar a visão de uma cidade onde a segurança e o bem-estar da população são prioridades, construindo um futuro mais seguro e próspero para todos os munícipes.

2)Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências.

Em uma análise retrospectiva, identificamos que a Secretaria Municipal de Segurança de Santos enfrenta desafios estruturais e operacionais que comprometem a plena eficiência dos serviços prestados à população.

A insuficiência de servidores administrativos no gabinete e seções adjacentes tem comprometido a eficiência na execução de projetos e processos. O acúmulo de tarefas, somado à disparidade salarial em relação a outras secretarias, onde funções menos complexas são mais valorizadas, dificulta a retenção de talentos e a atração de profissionais qualificados para as demandas administrativas.

Nos últimos anos, a crescente absorção de funções pela Guarda Civil Municipal (GCM) gerou uma demanda superior à capacidade de atendimento do efetivo disponível. Esse descompasso resultou em um quadro de baixo efetivo para a quantidade de ocorrências e atribuições assumidas, sobrecarregando os agentes e comprometendo a qualidade do atendimento à comunidade.

Além do déficit de pessoal, a GCM conta com um efetivo em idade avançada, muitas vezes com limitações físicas que reduzem a capacidade operacional. A falta de reposição adequada e a ausência de um plano contínuo de renovação do quadro funcional agravam essa situação, tornando necessária uma reavaliação da estrutura de recursos humanos da corporação.

A infraestrutura destinada à segurança municipal também apresenta deficiências significativas. Os prédios que abrigam as unidades operacionais estão inadequados para a alocação do efetivo crescente e para atender às demandas administrativas e logísticas. Além disso, a precariedade de mobiliário, equipamentos de informática e tecnologia impacta diretamente a produtividade e a organização dos serviços. Algumas equipes especializadas, como a Ambiental, a Costeira e o grupamento de motos, operam sem um local fixo de lotação, o que dificulta o planejamento, a logística e a execução das atividades.

A estrutura física da sede do Departamento também é um problema que assola a Defesa Civil de Santos, assim como o número reduzido de servidores essenciais ao desenvolvimento do trabalho técnico, com a frequente dificuldade na reposição destes, e a limitação de horas para regime de sobreaviso.

A Defesa Civil enfrenta obstáculos significativos decorrentes da descontinuidade nos encaminhamentos de ações propostas a outros setores e da dificuldade em engajar a população de áreas de risco em treinamentos e simulados. A falta de adesão da comunidade, aliada à morosidade na implementação de medidas preventivas por outros órgãos, prejudica a eficácia das ações de mitigação e resposta a desastres.

3)Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Diante dos desafios enfrentados pela Secretaria Municipal de Segurança e do planejamento estratégico para os próximos anos, torna-se fundamental a implementação de um plano de reestruturação que contemple a Secretaria na sua totalidade, reestruturando seu gabinete e seções correspondentes, bem como seus Departamentos, tendo em vista o crescimento da Secretaria e importância da Segurança no Município de Santos.

Uma das medidas já iniciada pela atual administração corresponde à alteração da nomenclatura das seções e atualização de suas competências, visando uma atuação mais objetiva e organizada dentro do Gabinete da Secretaria.

A concessão de gratificações a servidores que desempenham atividades complexas e de alta responsabilidade, é essencial para a execução de tarefas técnicas que exigem expertise específica em diversas áreas da Secretaria. Tais tarefas incluem aquisições especializadas de armamentos, munições, equipamentos de segurança aquáticos e aéreos, implementação de novas tecnologias de radiocomunicação, elaboração de previsões técnicas e climáticas, e gestão de convênios e contratos.

Com o objetivo de fortalecer a segurança pública e valorizar os profissionais da Guarda Civil Municipal (GCM), a administração municipal tem implementado uma série de medidas importantes. Entre elas, destaca-se o aperfeiçoamento do plano de cargos, carreira e vencimentos da GCM (Lei 1241/2023). Esse aprimoramento visa ajustar situações que não estavam regulamentadas e corrigir eventuais injustiças, garantindo um tratamento mais equitativo e transparente para todos os membros da corporação.

Paralelamente, a Secretaria de Segurança empenhada na criação de um Setor de Inteligência da GCM. Esse setor será fundamental para aprimorar a capacidade da GCM na prevenção e combate à criminalidade, por meio da coleta, análise e disseminação de informações estratégicas. A criação desse setor já se encontra em fase de andamento, demonstrando o compromisso da administração municipal em investir em tecnologia e inovação para a segurança da população.

Além disso, a GCM está investindo em cursos de capacitação em variados temas relacionados à segurança pública, como técnicas de abordagem, uso progressivo da força, direitos humanos, mediação de conflitos, inteligência policial e tecnologia aplicada à segurança. Essa abordagem multifacetada garante que os agentes estejam sempre atualizados e preparados para lidar com as mais diversas situações, promovendo uma segurança pública mais eficaz e integrada.

Uma das principais providências para suprir o déficit de efetivo é a contratação de novos guardas civis municipais, estabelecendo critérios rigorosos para ingresso, incluindo uma idade máxima para novos agentes, permitindo a formação de um quadro funcional mais jovem e fisicamente apto para o desempenho das atividades. A renovação do efetivo contribuirá para reduzir a sobrecarga de trabalho, garantir um melhor equilíbrio nas escalas de serviço e fortalecer a presença da GCM em todas as regiões do município.

A expansão e modernização da infraestrutura física da corporação são medidas cruciais para acomodar o crescimento do efetivo e assegurar condições laborais adequadas. A locação de novos edifícios e a reforma de instalações existentes, aliadas à requalificação das unidades operacionais, permitirão a otimização dos espaços administrativos e a distribuição estratégica dos serviços, garantindo que a GCM disponha de uma estrutura física compatível com suas responsabilidades.

Paralelamente, é indispensável à aquisição de armamento e equipamentos de proteção individual para toda a corporação, assegurando que os agentes disponham de ferramentas adequadas para o desempenho de suas funções. O investimento em tecnologia também possibilitará a modernização dos sistemas de gestão e monitoramento, melhorando a eficiência operacional da corporação.

A estruturação de grupamentos especializados, como Ambiental, Costeiro e Motociclístico, demanda a aquisição de equipamentos específicos, incluindo viaturas, embarcações e drones, essenciais para a execução de serviços especializados. A alocação de locais fixos de lotação e a disponibilização de equipamentos adequados aprimorarão a atuação da GCM em áreas estratégicas do município.

A criação de um setor de apoio psicológico é medida indispensável para o fortalecimento institucional, com o propósito de promover a saúde mental dos agentes. Este setor será responsável pelo treinamento de gestores, avaliação periódica dos guardas civis municipais e acompanhamento psicológico contínuo, visando prevenir o desgaste emocional e fomentar um ambiente de trabalho equilibrado, o que se refletirá na otimização dos serviços prestados à população.

Já o Departamento de Proteção e Defesa Civil tem como meta a revisão e melhoria contínua dos Planos de Contingência, assim como a estruturação de um novo Plano Geral de Proteção e Defesa Civil (PLACON), será uma ação a ser desenvolvida, com o objetivo de otimizar o fluxo das operações e ações da Política de Proteção e Defesa Civil.

A modernização do Departamento de Proteção e Defesa Civil (DEPRODEC) exige a construção ou a locação de uma nova sede, com instalações modernas e funcionais, que atendam às crescentes demandas da comunidade. A reforma administrativa do DEPRODEC contemplará a criação de novas coordenadorias e seções, incluindo o desmembramento da Coordenadoria de Risco Tecnológico e Natural em Coordenadoria de Risco Natural e Coordenadoria de Risco Tecnológico. Além disso, serão criadas a Seção de Comunicação e a Seção de Apoio Social, com a integração de um assistente social ao quadro do Departamento.

A designação de um técnico especializado em comunicação é crucial para aprimorar a interação com a população e fortalecer a comunicação institucional, especialmente com os residentes em áreas de risco. O objetivo é assegurar a efetividade dos alertas emitidos, mediante a implementação de procedimentos e protocolos de comunicação.

Plano Plurianual 2026 a 2029

Por derradeiro, a modernização da estrutura administrativa é condição *sine qua non* para otimizar a eficiência operacional e logística da Secretaria Municipal de Segurança. As medidas propostas representam uma oportunidade ímpar de transformação, visando a construção de uma Guarda Civil Municipal (GCM) eficiente e preparada para os desafios da segurança pública municipal, um Departamento de Proteção e Defesa Civil (DEPRODEC) ágil e eficaz no atendimento às necessidades da população, e um setor administrativo apto a suprir com excelência as demandas da GCM e do DEPRODEC em todas as áreas.

Mediante investimentos estratégicos e gestão integrada, a Secretaria Municipal de Segurança almeja elevar a excelência dos serviços prestados nos próximos anos, assegurando a proteção e o bem-estar da população santista e de seus visitantes.

- Ampliar em duas vezes o valor do programa de proteção de defesa civil no Orçamento Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**1) Apresentação:**

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SEINFRA) tem, em síntese, por objetivo **desenvolver e implantar a política municipal de serviços públicos**, aprimorando e executando serviços de melhorias no sistema viário e de logradouros, de macro e micro drenagem, e de obras de segurança e de contenção de encostas nos morros, do gerenciamento dos serviços de iluminação pública, de grandes instalações elétricas em eventos públicos, além de apoio na fiscalização dos serviços das concessionárias de fornecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefonia e telecomunicações, dentre outros.

Neste sentido, atualmente a SEINFRA executa obras de grande vulto em vias e logradouros públicos, com **pavimentação, drenagem, contenção de encostas, revitalização de espaços públicos**, além de toda **gestão de iluminação pública do Município**, por exemplo.

Diante disto, está no escopo de competências executar o planejamento, acompanhamento, elaboração de elementos técnicos de engenharia, montagem das licitações públicas, fiscalização e gerenciamento de contratos de todas as obras, além de administrar os serviços públicos incorporados nesta secretaria.

2) Análise retrospectiva - identificação dos problemas, deficiências e/ou ausências:

A princípio, faz-se imperioso destacar os desafios gerenciados por essa secretaria, na qual visamos apontar em apertado resumo fatos importantes que implicam na consecução do plano de meta, gestão e resultados das atividades da SEINFRA, conforme segue:

- a. Furtos e depredação da iluminação pública, que causam retrabalho, improdutividade e atraso na execução dos serviços de manutenção do parque de iluminação, aumento de gasto do recurso público, devido à necessidade de reposição do objeto furtado ou danificado;
- b. Deslizamentos em áreas de morros, com necessidade de realização de obras emergenciais e urgentes, determinadas pelo Departamento de Defesa Civil do Município;
- c. Atos de vandalismo em instalações elétricas, causando danos ao patrimônio público;
- d. Drenagem subdimensionada, face aos inúmeros empreendimentos plurihabitacionais construídos no município, ocasionando a impermeabilização de solos, antes permeáveis, e

- e. Revisão de sistemas de comportas da orla e intermediárias para contenção de efeitos de marés e chuvas fortes.

Portanto, os apontamentos acima expostos são importantes para visualização de alguns desafios enfrentados para consecução do plano de metas, gestão e resultados das atividades da SEINFRA.

3)Análise prospectiva: Demandas e Oportunidades:

Dentro das funções e competências da SEINFRA, no âmbito da execução dos trabalhos, identificou-se pontos e fatos relevantes que oportunizam uma possível melhora no desenvolvimento e gestão da política municipal de serviços públicos, das quais destacamos:

- a. Implementar o aumento da compra e instalação de materiais antivandalismo, com alteração do tipo de material de menor valor comercial, sem interesse ao roubo, chumbamento de caixas elétricas e instalação de gradis, para dificultar o furto (ação realizada com a aquisição de materiais através do novo Contrato de Gestão da Iluminação Pública do Município);
- b. Execução de obras de contenção de encostas, muros de arrimo, e drenagens por meio de escadas hidráulicas em área de risco, apontadas em laudos técnicos do Departamento de Defesa Civil e ações previstas no Plano Municipal de Redução de Riscos (esta ação, em alguns casos, demandará gastos não previstos, com a realização de obras por contratações em caráter emergencial, bem como licitações em caráter de urgência);
- c. Reurbanização e urbanização de áreas públicas, criando paisagismo e uma melhor finalidade para a utilização coletiva, visando uma melhoria geral das calçadas, acessibilidade, iluminação que traga segurança, implantação de sistemas de monitoramento, através de contratações realizadas pelo DEINFRA, utilizando recursos próprios do município e também oriundos de fontes externas;
- d. Melhoria do sistema de drenagem do Município, visando a criação de equipe técnica de empenho exclusivo para identificar, planejar e executar novas intervenções e realizar a manutenção corretiva e limpeza da rede, com novas obras de drenagem, visando a readequação da rede, das estações de bombeamento e sistemas de comportas, para o escoamento mais rápido das águas, evitando possíveis alagamentos;
- e. Implementar o programa de melhoria da iluminação pública, com aumento dos pontos de iluminação em led, gestão e controle de pontos apagados e defeituosos, para melhoria da segurança pública, e;
- f. Implementar o gerenciamento dos serviços de manutenção de ruas, habitualmente denominado “tapa buraco asfáltico” ou TBA por conta das características das ações de pavimentação executadas pela SEINFRA e a

necessidade de uma visão macro das questões de pavimentação na cidade, na qual vislumbramos que a SEINFRA através do mapeamento das vias da cidade, definindo os locais onde é necessária intervenção mais complexa de pavimentação e onde é possível realizar os serviços de TBA, tornando o serviço mais eficiente e com um maior controle das necessidades e das ações de reparo.

Sendo estes, pontos relevantes que podem ser oportunidades de inclusão/manutenção do PPA 2026-2029 da SEINFRA, visando a otimização, repetimos, dos trabalhos voltados a **política municipal de serviços públicos.**

I. Conclusão:

Do exposto, é de competência desta SEINFRA, na forma da lei, planejar, projetar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução de obras públicas na infraestrutura urbana do Município, desta feita, às intervenções urbanísticas no viário, iluminação e obras urbanísticas de grande interesse social estão centralizadas na SEINFRA, para melhor planejamento e otimização do orçamento público.

- Destina recursos para a melhoria e adequação da infraestrutura pública, com a criação de faixa de acessibilidade ao lado da ciclovia, visando atender a todos, sejam aqueles que buscam a prática destinada ao atletismo no município, bem como a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência física, principalmente os que necessitam utilizar cadeiras de rodas.

SECRETARIA DE GOVERNO**1) Apresentação**

A Secretaria de Governo (SEGOV) é responsável pela elaboração das políticas municipais voltadas, principalmente, para a criação de um orçamento mais focado nos anseios dos cidadãos, desburocratização da máquina pública, ampliação dos serviços digitais oferecidos à população e o desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada e terceiro setor.

É formada por um gabinete cuja assessoria responde pela elaboração dos estudos necessários para a formalização de PPPs e o acompanhamento do Programa Santos Mais e pelos departamentos de Orçamento e Gestão (DEORG), de Tecnologia da Informação e Comunicações (DETIC) e do Centro de Controle Operacional (CCO), além das suas respectivas coordenadorias e seções.

São competências da SEGOV:

Elaboração das peças orçamentárias: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA); Gestão do Programa Orçamento Participativo;

Estudos econômicos e análise da execução orçamentário;

Formatação de Parcerias Público-Privadas (PPPs);

Criação, aprovação, manutenção e supervisão das soluções de tecnologia da informação e comunicação utilizadas pela administração municipal;

Gestão do Centro de Controle Operacional (CCO);

Gestão e Fiscalização das Parcerias Público-Privadas implantadas; e Busca de recursos de investimentos e parcerias para projetos estratégicos da Cidade.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

As principais situações de vulnerabilidade da Secretaria de Governo (SEGOV) são:

A manutenção e a ampliação permanentes do sistema de monitoramento urbano, para garantir o pleno funcionamento dos aparelhos instalados nas vias e equipamentos públicos e cobertura de todos os pontos estratégicos da Cidade;

A ausência de processos digitais de alguns setores municipais, entre eles os relacionados aos setores de fiscalização;

A necessidade de modernização constante dos serviços tecnológicos no serviço público;
A incerteza e a instabilidade no cenário econômico, em decorrência dos impactos provenientes da reforma tributária, que exigem prudência nas projeções de arrecadação de recursos do Tesouro Municipal;

Aumento das demandas sociais nas áreas da Saúde, Educação, Segurança e Desenvolvimento Social, diante de cenário de queda da arrecadação;

Comprometimento dos recursos próprios com despesas correntes (custeio e manutenção), em decorrência da manutenção e ampliação dos serviços públicos, o que reduz a capacidade de investimentos.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Para superação das situações de vulnerabilidade e aproveitamento de oportunidades em prol do desenvolvimento da Cidade, a Secretaria de Governo prevê a realização das seguintes ações:

Criar o PromiInova – programa municipal de incentivo fiscal de apoio à inovação, com recursos públicos e privados para fomento do empreendedorismo tecnológico em conjunto com a Fundação Parque Tecnológico de Santos;

Fomentar iniciativas de inteligência artificial na Gestão Pública para agilizar e melhorar serviços disponibilizados ao cidadão;

Fazer a gestão do Programa Santos Mais, auxiliando no que couber, a implantação do Plano de Macrodrenagem da Zona Noroeste com as novas estações elevatórias e comportas;

Estudo sobre readequação de receitas de modo a garantir a manutenção permanente do sistema de monitoramento urbano;

Gestão e fiscalização da Parceria Público Privada - PPP da limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos;

Estudos e consultas públicas sobre a implementação de novas Parcerias Público-Privadas;
Plano de implementação dos processos digitais em 100% dos trâmites da Prefeitura;
Proposta de implementação de aplicativo digital para agendamentos de consultas, exames e matrículas nos diversos serviços oferecidos pelas secretarias;

Projeto de informatização dos processos relacionados aos setores de fiscalização e de adoção de dispositivos móveis (tablets) para alimentação e acesso dos dados em tempo real pelos servidores;

Maior sinergia entre as secretarias de Governo (SEGOV) e Finanças (SEFIN) e autarquias (IPREV E CAPEP-SAÚDE) para projeção de cenários e estimativas de arrecadação com maior precisão;

Elaboração de diagnóstico setorial por todas as secretarias municipais, sob supervisão da SEGOV, para requalificação dos indicadores do programa orçamentário com prioridade às demandas sociais (foco no cidadão).

Captação de recursos externos para modernização da administração pública com foco na eficiência e economicidade.

Consolidar as ações de publicitação do Programa Orçamento Participativo, no intuito de aumentar a visibilidade do programa e consequentemente a participação popular.

- Criação e implementação de portal para a inscrição de projetos "Banco de Projetos.
- Criação de Secretaria de Habitação.

OUVIDORA E CONTROLE**1) Apresentação:**

A partir de 2025, a Ouvidoria de Santos, deixa de gerenciar as ações de Transparência Pública e dos Processos Administrativos Disciplinares. A partir dessa data responsabiliza-se pelo Controle Interno e pelas ações de Ouvidoria e as atribuições criadas pela Política de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos.

Assim tem como suas atribuições principais:

- Estabelecer um canal de comunicação direta entre os cidadãos e o poder público municipal para receber e processar manifestações sobre fatos pertinentes à Administração Municipal;
- Gerenciar a política de defesa dos usuários dos serviços públicos, incluindo o acompanhamento e monitoramento da Carta de Serviços;
- Supervisionar os órgãos que compõe o Sistema de Controle Interno, com a edição de normas e procedimentos para o aprimoramento do controle interno;

2) Desafios, deficiências e ausências:**Ouvidoria**

O tempo de resposta das manifestações de ouvidoria vem diminuindo ano a ano. Em 2024 a média do tempo de resposta ficou em 8 dias. Apesar disso, percebemos que a Prefeitura precisa melhorar suas respostas quanto ao aspecto da resolução dos problemas.

A ouvidoria e a Prefeitura como um todo está passando por um momento extremamente significativo, a implantação de um novo sistema para solicitação de serviços: o Santos Digital.

Essa mudança fará com que as Secretarias e a própria Ouvidoria revejam fluxos de processos, bem como possibilitará a avaliação dos serviços pelos cidadãos, de forma mais fácil e ágil.

O percentual de ocorrências registradas por meio digital também tem aumentado cada vez mais. Em 2024 totalizou 68,8%. Com a implantação do novo sistema, a Ouvidoria pretende aumentar ainda mais esse percentual de atendimento por meios digitais, sem continuar a disponibilizar seu atendimento telefônico.

Em 2024, o percentual de satisfação dos atendimentos da Ouvidoria ficou em 70%. É necessário aumentar esse percentual de satisfação.

Historicamente, no Brasil e também em Santos, a população não tem a tradição de participar, questionar e opinar sobre as decisões políticas. A Ouvidoria pretende, cada vez

mais, aumentar a participação dos munícipes e incentivar o controle social, por meio dos programas existentes, bem como com a criação de novos.

O monitoramento da Carta de Serviços é algo que a Ouvidoria tem feito, mas precisa aprimorar, em conjunto com o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos (COMUS).

Para melhorar seu atendimento, a Ouvidoria precisa agregar mais colaboradores em seus quadros. A ampliação dos cargos de atendentes de Ouvidoria é essencial para a melhoria do atendimento da Ouvidoria.

Outro desafio para a Ouvidoria é a decisão quanto à contratação do serviço de uma central de atendimento, passando para essa empresa todo o atendimento e registro das manifestações dos cidadãos.

O programa Participação Direta nos Resultados (PDR) tem aumentado a quantidade de unidades que possuem indicadores específicos. Essa ampliação impacta no serviço de monitoramento do programa, demandando mais recursos humanos e melhores soluções de tecnologia.

Controladoria

Desafios da Controladoria Municipal

- **Falta de capacitação contínua dos profissionais:** A equipe de controladoria nem sempre tem acesso a treinamentos atualizados, dificultando o acompanhamento das mudanças nas leis e nas melhores práticas de governança.
- **Falta de independência:** A controladoria precisa ter autonomia para agir de maneira imparcial. No entanto, muitas vezes ela está sujeita a pressões políticas e institucionais, o que pode comprometer sua função de controle e fiscalização.
- **Gestão integrada de dados:** Os dados financeiros e administrativos não estão bem integrados. Isso pode dificultar a análise de informações e a geração de relatórios precisos e tempestivos, fundamentais para a tomada de decisões.
- **Resistência à transparência:** Ainda há uma cultura de resistência à transparência. A controladoria pode enfrentar dificuldades para garantir que informações importantes sejam compartilhadas com a sociedade de forma clara e acessível.
- **Escassez de tecnologia e sistemas adequados:** Não possuir sistemas modernos de gestão e controle. A falta de ferramentas tecnológicas adequadas pode prejudicar a eficiência do trabalho da controladoria, tornando-a mais vulnerável a erros humanos e fraudes. **Deficiências**
- **Controle inadequado de contratos e convênios:** O acompanhamento e fiscalização de contratos e convênios, uma das funções essenciais da controladoria, nem sempre são realizados de forma eficaz. Isso pode gerar desperdício de recursos ou facilitar práticas ilícitas.
- **Falta de auditoria independente:** A controladoria realiza auditorias internas, mas não há auditorias independentes externas que garantam a conformidade das ações. Isso pode gerar um risco de falta de confiabilidade nas informações e processos.

- **Deficiência no acompanhamento de metas e indicadores:** A ausência de um acompanhamento constante de metas e indicadores de desempenho prejudica a avaliação da eficácia dos programas e projetos públicos, comprometendo a transparência e a responsabilidade fiscal.

Ausências de Estrutura e Processos Eficientes

- **Falta de uma estrutura organizacional robusta:** Não possuir uma estrutura organizacional adequada, com funções bem definidas e equipes suficientes para desempenhar suas tarefas com eficácia.
- **Ausência de processos claros e padronizados:** A falta de processos definidos e padronizados dificulta a execução das atividades da controladoria. Processos inadequados ou desorganizados geram retrabalho, falhas no controle e falta de eficiência na fiscalização.
- **Ausência de comunicação eficiente entre setores:** A controladoria precisa interagir com outros setores da administração municipal (como a Secretaria de Finanças, Saúde, etc.). Se não houver uma comunicação eficiente, o controle e a gestão dos recursos podem ser prejudicados. **Consequências dessas falhas**
- **Ineficiência na alocação de recursos públicos:** A falta de uma controladoria forte pode resultar em má gestão dos recursos públicos, como a alocação indevida de verbas para projetos e serviços ineficazes.
- **Aumento da corrupção e fraudes:** Sem uma fiscalização eficiente, aumenta o risco de fraudes, corrupção e desvio de recursos, o que compromete a confiança da população na gestão pública.
- **Diminuição da transparência:** A ausência de uma controladoria atuante reduz a transparência nas ações do governo municipal, dificultando a participação cidadã e o controle social.
- **Sofrimento da qualidade dos serviços públicos:** A falta de fiscalização e controle adequados leva à ineficiência na entrega dos serviços públicos à população, impactando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

3) Demandas e Oportunidades:

Ouvidoria

Consolidação da Ouvidoria como canal exclusivo para reclamações, elogios, sugestões e denúncias, reformulando seu sistema e ações para uma integração mais influente junto às Secretarias e mais próximo aos cidadãos

Estabelecer um novo tratamento das ocorrências enviadas pelas Secretarias que, recorrentemente, não tem uma resposta resolutive. Definir reuniões e encontros com as Secretarias para diminuir ou evitar que tais ocorrências sejam abertas, procurando identificar falhas e propor melhorias no fluxo da solicitação do serviço.

Além disso, no sistema novo já foram criadas ferramentas para avaliar as respostas das Secretarias que serão feitas pelos cidadãos e pela própria Ouvidoria. Com esses dados, será possível acompanhar a resolutividade das respostas das Secretarias.

Com a criação do novo sistema, espera-se que esse canal se torne atrativo e amigável para o cidadão, facilitando o registro da manifestação e da avaliação das respostas.

A Ouvidoria, por ter atuado durante muitos anos como um SAC da Prefeitura e ter tido experiência com as solicitações, deve participar junto das Secretarias da definição dos fluxos de trabalho no novo sistema, evitando *work flows* que se mostrem ineficientes futuramente.

Capacitar os atendentes da ouvidoria em cursos de atendimento para aperfeiçoarem seu atendimento e aumentar a taxa de aprovação de atendimento da Ouvidoria.

Avaliação quanto à contratação de empresa de *call center* para registro das manifestações de ouvidoria.

De forma a incentivar a participação social, a Ouvidoria mantém programas como Aluno Ouvidor, Bancas de Informações Turísticas e Ouvidoria, Ouvidoria Presente, Amigos do Bairro, Amigos do Verde, Fiscaliza Santos e Orçamento Participativo. A manutenção desses programas tem como intuito conscientizar e aproximar os cidadãos do Poder Público, bem como a formação para o exercício pleno dos seus direitos e deveres.

Para o Aluno Ouvidor ocorrer de maneira satisfatória são necessários recursos para transporte de alunos ao evento anual, aquisição de camisetas aos alunos ouvidores eleitos, cartilhas, panfletos e murais.

No programa de Bancas de Informações Turísticas e Ouvidoria são necessários recursos para adesivagem das bancas, bem como para panfletos e cartilhas.

A Ouvidoria Presente, que realiza pesquisa de satisfação em diversos pontos da cidade, deve também ter garantida a entrega de camisetas específicas do programa, tablets e notebooks para pesquisa, bem como a aquisição de um carro específico e tendas para atendimento em locais fixos e banners de identificação para atendimento em locais fechados, como shoppings ou outros pontos de grande circulação.

Para os programas Amigos do Bairro e Amigos do Verde são necessárias camisas de identificação, crachás, cartilhas sobre os serviços da Prefeitura e cobertura de eventuais despesas para ações específicas nas escolas, unidades de atenção primária ou outros locais onde os voluntários se apresentem.

Eventualmente, é importante realizar a contratação de empresa de auditoria para avaliar a conformidade dos dados de desempenho de indicadores do programa PDR.

Em função da ampliação do programa PDR, é necessária uma melhor estruturação administrativa para melhor gerenciamento do programa, bem como o ingresso de novos colaboradores e a aquisição de um sistema mais amigável e responsivo para o monitoramento do programa.

Controladoria

Caminhos para Superar os Desafios

- **Monitoramento constante e avaliação de resultados:** Acompanhar continuamente o desempenho da administração pública por meio de indicadores, auditorias e do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), garantindo que os recursos estão sendo bem aplicados e que a gestão pública atende aos padrões de eficiência e transparência.
- **Investir em capacitação e treinamento:** Profissionais da controladoria devem receber treinamentos contínuos e atualizados para acompanhar as mudanças no cenário jurídico e administrativo.
- **Implementar sistemas de controle mais eficientes:** Investir em tecnologias e sistemas integrados de gestão pública pode otimizar a coleta e análise de dados, melhorando a eficiência e a transparência.
- **Fortalecer a independência da controladoria:** Assegurar que a controladoria tenha autonomia suficiente para atuar de maneira imparcial, sem pressões externas ou internas.
- **Estabelecer uma cultura de compliance e transparência:** Criar uma cultura de conformidade e transparência nas gestões municipais, com políticas claras de combate à corrupção.
- **Monitoramento constante e avaliação de resultados:** Acompanhar continuamente o desempenho da administração pública por meio de indicadores e auditorias, para garantir que os recursos estão sendo bem aplicados.

A controladoria é essencial para garantir uma gestão pública eficiente, transparente e responsável, e a superação desses desafios é fundamental para que as prefeituras cumpram seu papel de maneira efetiva.

- Inclusão no PDR (Participação Direta nos Resultados) de todas as secretarias, indicador que contemple o decreto Nº 7.582, de 08 de novembro de 2016 que regulamenta o "Projeto Municipal de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei e para o Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social e Econômica", instituído pela Lei nº 2.867, de 19 outubro de 2012 e hoje gerenciado pelo CAMPS, onde em seu Art. 5º cria 30 (trinta) vagas de auxiliar administrativo-aprendiz, no âmbito da Administração Pública Municipal, sendo 10 (dez) destinadas aos adolescentes em conflito com a lei e 20 (vinte) para adolescentes em situação de vulnerabilidade social econômica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS PORTUÁRIOS E EMPREGO**1 - Apresentação**

A Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego - SEPORTE atua na promoção e aprimoramento da relação porto-cidade em todos os seus aspectos, com ênfase no desenvolvimento sustentável, buscando conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais. Dentre suas competências precípuas estão a relação com as classes empresariais e laborais, governos e órgãos públicos afetos ao setor portuário, e o fomento à geração de empregos no Município.

A SEPORTE também atua na interface entre Secretarias e órgãos municipais com a Autoridade Portuária de Santos, empresas, entidades representativas. Essa atuação ocorre na viabilização de projetos de desenvolvimento turístico-culturais, educativos, esportivos e urbanísticos; atração de empreendimentos sustentáveis, que ampliem e dinamizem a economia da cidade; realização de estudos da cadeia logística do Porto de Santos identificando eventuais lacunas tributárias, pleitear a destinação de recursos dos valores de outorga efetivados no Porto para a cidade, como forma de compensação financeira; oferecer suporte à articulação do Gabinete do Prefeito; promover ações para aumentar a oferta de vagas em cursos de qualificação, requalificação e aperfeiçoamento nas áreas de porto, retroporto, logística, entre outras, por meio do Centro Público de Emprego e parceria com a Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos – CENEP, Instituições de Ensino Médio e Superior públicas e privadas, e os governos estadual e federal.

A Secretaria também representa a Prefeitura de Santos em eventos nacionais e internacionais no âmbito de suas competências, bem como em fóruns especializados, como o Conselho de Autoridade Portuária – CAP de Santos, o Conselho de Administração – CONSAD da Autoridade Portuária de Santos, e Fundação CENEP-Santos. A Secretaria ainda atua na análise e manifestação em processos encaminhados pelo Ministério dos Portos e Aeroportos – MPor, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, entre outros. Também no âmbito municipal, a SEPORTE atua em conselhos e comissões, sempre atuando no fomento ao desenvolvimento sustentável, buscando a observância holística dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

2 – Análise Retrospectiva - identificar os problemas, deficiências e ausências

As atividades portuárias e correlatas representam a principal fonte de arrecadação e geração de empregos do município de Santos.

Embora a diversificação econômica seja importante para reduzir essa dependência, o Porto de Santos tende a manter esse protagonismo. Nesse contexto, a relação porto-cidade demanda constante aprimoramento, de forma a assegurar a convivência harmônica entre ambos, o que inclui evitar, mitigar ou solucionar conflitos urbano-portuários por meio de diálogo proativo e colaborativo.

O elevado adensamento populacional na área insular do Município, aliado à demanda por aumento de produtividade e expansão das atividades portuárias, e à falta de áreas disponíveis na ilha é outro fator que demanda atenção e soluções. Para viabilizar a

expansão e diversificação das atividades econômicas no Município existem áreas disponíveis na área continental de Santos. Porém, esses espaços têm acessibilidade limitada, além de sua utilização demandar licenciamento ambiental, e obras de infraestrutura inerentes ao tipo de empreendimento a ser implantado.

As limitações dos acessos terrestres e aquaviários à cidade e ao porto também devem ser solucionadas de forma ágil e objetiva. Esse cenário climático, de acessibilidade e concorrencial torna o Porto de Santos susceptível à concorrência com o Arco Norte e com futura(s) rota(s) bioceânica(s), no âmbito do agronegócio.

As mudanças do clima também preocupam. Os efeitos de eventos climáticos extremos (ressacas e tempestades intensas e prolongadas) afetam não apenas as áreas urbanas como as operações portuárias, sobretudo de graneis sólidos e outros produtos mais susceptíveis, que constam entre os principais movimentados no Porto de Santos, ou seja, têm impactos altamente negativos no âmbito socioeconômico.

3 – Análise Prospectiva - Demandas e Oportunidades

Além dos aspectos arrecadatórios e de geração de empregos, as atividades portuárias, retroportuárias e correlatas têm apresentado impacto positivo significativo na qualidade de vida dos munícipes, no espectro dos Estudos de Impacto de Vizinhança – EIVs. As medidas compensatórias decorrentes têm incluído a construção de unidades escolares e de saúde, equipamentos esportivos, culturais e turísticos, urbanizações e reurbanizações de áreas públicas.

Dentre os mais relevantes, merecem destaque a implantação do Parque Valongo em área portuária desativada e progressivamente degradada desde 1988. Seus impactos foram significativamente positivos no Centro Histórico de Santos; a participação em tratativas relativas ao aprimoramento e diversificação da matriz de transportes do Porto de Santos, e melhoria dos acessos à cidade e Porto de Santos, com ênfase no incremento do modo ferroviário, de melhor eficiência energética, e na demanda por áreas para estacionamento de caminhões.

Ainda nesse escopo, a SEPORTE participa de atividades que avaliam novos acessos terrestres e aquaviários à Região Metropolitana da Baixada Santista, que propiciem melhores condições de acessibilidade e mobilidade entre seus municípios e com o planalto.

A recente evolução na relação porto-cidade tem resultado no progressivo resgate da identidade portuária por seus munícipes. Novos terminais e expansões dos existentes têm gerado empregos e importantes receitas tributárias. Por conta disso, aliadas a outras atividades econômicas existentes, a cidade de Santos tem sido recorrentemente como uma das melhores para se viver, no Brasil.

Por iniciativa da SEPORTE, desde 2017 Santos é considerada apta a sediar um Zona de Processamento de Exportação – ZPE, tendo a área continental como destinação ideal, sobretudo pela sua proximidade com o complexo portuário, um inegável trunfo logístico. No entanto, a Prefeitura não dispõe de áreas públicas em sua porção continental. A Legislação de Uso e Ocupação da Área Continental de Santos já previa zoneamento compatível com a implantação de atividades industriais de baixo impacto ambiental, o

que inclui produção de alta tecnologia e alto valor agregado, além de gerar empregos bem remunerados e de estar no escopo da reindustrialização/neointustrialização do Brasil. A revisão dessa legislação ampliará as áreas disponíveis para esse tipo de atividade, potencializando a implantação de uma ZPE no Município.

Sempre tendo como referência o desenvolvimento sustentado, a implantação de atividades industriais na área continental de Santos também considera os efeitos das mudanças do clima e tendências da logística nacional.

No que se refere ao clima, o Porto de Santos é o principal exportador de vários itens do agronegócio. No caso da operação de granéis sólidos agroalimentares, estes são significativamente afetados pelas condições climáticas, o que é menos importante na operação de contêineres.

A produção industrial próxima ao porto, exportável por contêineres, além de reduzir custos logísticos – o “Custo Brasil” – também é menos dependente das condições do clima. Também é importante destacar que os principais portos do mundo dispõem de parques industriais em suas proximidades, muitos dos quais em regimes semelhantes ao de ZPE, favorecendo sua eficiência e competitividade. A diversificação da carteira de produtos de exportação, com ênfase em produtos industrializados, no caso do complexo portuário local também permitirá alternativas à competição por cargas do agronegócio com o Arco Norte e futura(s) rota(s) bioceânica(s).

O Ministério de Portos e Aeroportos, reconhecendo esse potencial, busca viabilizar Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a implantação de uma ZPE em Santos. A SEPORTE acompanha de perto esse processo, que representará nova atividade econômica e novos empregos para o Município e região.

Ainda no que se refere aos efeitos da mudança do clima, foi a partir de sugestão da SEPORTE, em reunião da Comissão Municipal de Avaliação da Mudança do Clima – CMMC, que a empresa GIZ, que dá suporte à PMS, viabilizou junto à ANTAQ a elaboração de estudos para 21 portos públicos brasileiros, incluindo o Porto de Santos, agora objeto de aprofundamento e detalhamento.

Assim sendo, as questões climáticas estão sendo tratadas não como cidade ou porto, mas como cidade portuária.

A retomada do caráter deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária de Santos é outra proposta a ser perseguida.

Por fim, o perfil de atuação da SEPORTE está relacionado à produção de ideias e oferecimento de alternativas para a gestão de políticas públicas e ações estratégicas promotoras de transformação; assim sendo, o Secretário e equipe técnica deverão comparecer a fóruns e eventos, vivenciar “in loco” o resultado de experiências e intervenções correlatas, para atualização permanentemente de conhecimentos e formação de referências positivas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**1) Apresentação**

O presente diagnóstico setorial das políticas públicas de assistência social na cidade de Santos tem como objetivo analisar a atual configuração dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados à população em situação de vulnerabilidade social. A partir dessa análise, busca-se identificar os avanços, os desafios e as lacunas existentes no âmbito da política de assistência social, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as particularidades do contexto local.

A construção deste diagnóstico foi orientada pela necessidade de subsidiar a gestão pública e os atores envolvidos na formulação e execução das políticas sociais, promovendo uma visão abrangente e crítica sobre as estratégias de proteção social implementadas no município. A metodologia adotada compreendeu a coleta de dados quantitativos e qualitativos, por meio de fontes oficiais, documentos institucionais e entrevistas com gestores, trabalhadores do SUAS e usuários dos serviços.

A cidade de Santos, reconhecida por sua relevância econômica e social no estado de São Paulo, enfrenta desafios significativos no campo da assistência social, especialmente em função das desigualdades territoriais e das demandas crescentes por proteção social. Assim, este diagnóstico visa contribuir para o fortalecimento da rede de proteção e para a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, proporcionando uma reflexão crítica e fundamentada sobre os caminhos a serem percorridos.

Esperamos que este documento possa servir como um instrumento de apoio à tomada de decisões e ao planejamento estratégico, colaborando para a construção de políticas públicas mais eficazes, humanizadas e integradas. Acreditamos que, por meio de um olhar atento às demandas sociais e ao compromisso com a equidade, seja possível promover transformações significativas na vida dos cidadãos santistas.

2) Análise Retrospectiva: Identificar os problemas, deficiências e ausências.

A análise retrospectiva das políticas públicas de assistência social em Santos revela avanços significativos, mas também destaca desafios persistentes que necessitam de atenção contínua.

2.1 - Avanços e Estrutura Atual

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) de Santos é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), oferecendo serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. A rede socioassistencial se estrutura a partir do território, pautando sua atuação em dois níveis de proteção: Básica e Especial, sendo esta última de Média e Alta Complexidade. Ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) cabe a normatização, o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da gestão e da execução

da Política Municipal de Assistência Social e a SEDS busca garantir a proteção social da família, acolhendo suas necessidades e promovendo a inclusão social.

2.2 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

2.2.1 - CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A SEDS dispõe de um Departamento de Proteção Social Básica, que são unidades públicas de atendimento localizadas em regiões de alto índice de riscos e vulnerabilidades sociais. Desenvolvem o trabalho social com famílias por meio dos Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF nos territórios de maior vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenção às situações de riscos sociais e a garantia dos direitos socioassistenciais, ampliando o acesso dos munícipes aos seus direitos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares.

1. SECRAS RCH/AC – Região Centro-Histórica e Área Continental: Rua Sete de Setembro, 47 – Vila Nova.
2. CRAS Rádio Clube: Rua Tenente Durval do Amaral, 366 - Rádio Clube.
3. CRAS Bom Retiro: Av. Nossa Senhora de Fátima, 517 – Chico de Paula.
4. CRAS Alemoa: Av. Marginal Anchieta, 218 – Chico de Paula.
5. CRAS São Bento: Av. Nossa Senhora de Assunção, s/n – Morro São Bento.
6. CRAS Nova Cintra: Av. Santista, 655 – Morro Nova Cintra.
7. CRAS ZOI – Zona da Orla e Intermediária: Rua Visconde de Ouro Preto, 19 – Estuário.
8. CRAS São Manoel: Rua Coronel Feliciano Narciso Bicudo, 655 – Jardim São Manoel.

Vale destacar ainda a existência de (2) dois Núcleos Integrados de Assistência Social (NIAS), que foram implantados para ampliar a cobertura da Proteção Social Básica, em função da distância e difícil acesso à rede de serviços públicos, como é o caso da Área Continental do Município e dos bairros Jardim Castelo e Areia Branca.

1. NIAS Área Continental: Rua Andrade Soares, 31 – Caruara, referenciado ao CRAS RCH/AC.
2. NIAS Céu das Artes: Praça da Paz Universal, s/nº - Areia Branca.

2.3 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

São unidades públicas de atendimento e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de forma complementar ao PAIF, executado em 6 (seis) unidades referenciadas aos CRAS de seus territórios, quais sejam:

1. CECONV-AC: Rua Andrade Soares, 31 – Caruara.
2. CECONV-MSM: Rua 8, s/n – Morro Santa Maria.
3. CECONV-MSB: Rua Santa Ângela, 156 – Morro do São Bento.
4. CECONV-RC: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1293 – Rádio Clube.
5. CECONV-CN: Rua Gilberto Franco Silva, 317 – Caneleira.
6. CECONV-SM: Rua Professor Francisco Meira, 104 – São Manoel.

2.4 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A SEDS dispõe de um Departamento de Proteção Social Especial e seus serviços fazem parte do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e têm como objetivo promover atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

2.5 - COORDENADORIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E COORDENADORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Oferecem atendimento especializado a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, por meio do Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, bem como, o apoio, a orientação e o acompanhamento a adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade;

Inicialmente, vale destacar que os serviços de acolhimento para a população em situação de rua são ofertados nas modalidades de Abrigo Institucional e Casa de Passagem. A Casa de Passagem é destinada ao acolhimento imediato e emergencial de curta permanência voltado para o estudo e análise de cada situação para a realização dos encaminhamentos necessários. Abrigo Institucional é destinado ao atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto. É previsto para pessoas em situação de rua e

desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

São elas:

1. SECREAS – ZONA LESTE: Av. Conselheiro Nébias, 452 – Encruzilhada.
2. SECREAS – ZNO/MORROS: Rua Cananéia, 269 – Saboó.
3. NAI: Av Francisco Manoel, 252 – Jabaquara.
4. Centro Dia Para Pessoa Idosa: Av. Afonso Pena, nº 185 – Macuco.
5. CENTRO POP: Rua Amador Bueno, 446 – Centro.
6. Uni – Abordagem: Rua Amador Bueno, 446 – Centro.
7. SEACOLHE-AIF: Rua Bittencourt, 309 – Vila Nova.
8. SEABRIGO-AIF: Rua Dr. Manoel Tourinho, 352 – Macuco.
9. SEACOLHE-CA: Rua Julio de Mesquita, 74/78 – Vila Mathias.
10. SEFAMAC: Av. Pinheiro Machado, 73 – Vila Mathias.
11. SEREP: Rua Miguel Presgrave, 26 – Boqueirão
12. SEAPRO I – Abrigo Sigiloso
13. SEAPRO II – Abrigo Sigiloso

2.6 PROGRAMAS E BENEFÍCIOS MUNICIPAIS

2.6.1. Vovô Sabe Tudo

Objetiva valorizar a pessoa idosa, propiciando a transmissão de seus conhecimentos, habilidades e valores humanos, especialmente às crianças e adolescentes, em um processo de fortalecimento e troca cultural e afetiva entre as gerações.

2.6.2. Programa Nossa Família – PNF

Apoia financeiramente famílias com baixa renda e cujos critérios de avaliação fundamentam-se na renda per capita dos núcleos familiares, bem como na avaliação técnica realizada pelos profissionais dos CRAS e CREAS.

2.6.3. Programa de Valorização do Jovem – PVJ

Por meio de uma bolsa-auxílio visa proporcionar a ampliação de experiências e repertório informacional dos jovens, devendo ser executadas prioritariamente atividades comunitárias que possam valorizar o desenvolvimento integral do jovem, bem como auxiliar e colaborar com os coletivos que serão beneficiados com as ações realizadas pelos inseridos no programa.

2.6.4. Programa Novo Rumo

O programa visa capacitar os jovens do município para o mercado de trabalho investindo em sua formação, por meio de uma bolsa-auxílio em dois projetos:

- a) **Restaurante Escola Estação Bistrô** – busca capacitar os jovens para trabalhar na área de alimentos e bebida em bares, restaurantes e hotéis;
- b) **Projeto Monitoria Jovem:** busca identificar as habilidades dos jovens participantes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV e capacitá-los para a função de facilitador das Oficinas realizadas nesses Serviços, de modo a garantir a inserção no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que há um investimento nos saberes e talentos dos jovens.

2.6.5. Programa de Inclusão Cidadã-Fênix

O programa objetiva propiciar a inclusão social da população em situação de rua e famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelo PAIF e PAEFI, constituindo em alternativa para recuperação da autoestima e dos direitos inerentes a todos cidadãos.

2.6.7. Programa Guarda Subsidiada

Programa destinado à crianças e adolescentes com seus direitos violados e em situação de risco pessoal e social nos casos em que é necessário o afastamento imediato do convívio familiar e há a possibilidade de acolhimento por suas famílias extensas e/ou ampliadas, ou mesmo por pessoa com a qual mantenham laço afetivo.

2.7 Programas Estaduais

2.7.1 Renda Cidadã

Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, o Renda Cidadã promove ações complementares de caráter socioeducativo e de apoio à formação e capacitação profissional, visando a autonomia econômica e a melhoria da qualidade de vida.

2.7.2. Ação Jovem

Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, o Ação Jovem estimula a conclusão da escolaridade básica dos jovens beneficiários, possibilitando que continuem seu desenvolvimento pessoal, para facilitar sua inserção no mercado de trabalho e para estimular sua preparação para o efetivo exercício da cidadania.

2.8 Programas Federais**2.8.1 Programa Bolsa Família – PBF**

Programa de Transferência de Renda direta com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O Programa integra a transferência do benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos, saúde, educação, alimentação e assistência social, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável.

2.8.2. Benefício de Prestação Continuada – BPC

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas ou com deficiência.

2.8.3. Benefícios Eventuais

Os benefícios socioassistenciais integram, conjuntamente a projetos, serviços e programas, as ações na área de assistência social organizados sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social.

No município de Santos, a regulamentação dos benefícios eventuais é regida pela Resolução Normativa nº 792, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), conforme previsto no artigo nº 22, da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, que instituiu a Lei Orgânica da Assistência Social.

Desta forma, o artigo 7º da referida Resolução define que serão considerados Benefícios Eventuais:

- a) Documentação civil, para obtenção da segunda via de documento que exigem o pagamento de taxa de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim;
- b) Fotografia, para emissão de documentação civil;
- c) Auxílio Alimentação, para complementar a alimentação fornecida para a criança, idoso, gestante e nutriz, compreendendo os itens da cesta básica;
- d) Auxílio Locomoção I, passagens intermunicipais e interestaduais para pessoas em situação de rua que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade

Plano Plurianual 2026 a 2029

com familiares. Incluem-se, após justificativa técnica fundamentada, as famílias ou pessoas residentes no município que desejam retornar a sua cidade de origem ou cidade com referências familiares ou com vistas atender outras situações imprescindíveis à superação das adversidades enfrentadas;

e) Auxílio Locomoção II, passagens municipais para atender situações emergenciais e pontuais necessárias à superação da adversidade enfrentada momentaneamente;

f) Auxílio Moradia, no valor máximo de até R\$ 600,00, como ajuda de custo para atender a mulheres vítimas de violência doméstica, com ou sem filhos, e para atender aos casos de desabrigamento dos serviços de acolhimento institucional da Política de Assistência Social, vinculado ao estudo social e por prazo determinado de acordo com Plano Individual de Atendimento.

g) Auxílio Gás, para atender situações emergenciais e pontuais de forma a assegurar o preparo dos alimentos em famílias com criança, idoso, gestante e nutriz.

h) Auxílio Luz e Água, no valor máximo de R\$ 150,00, para atender situações de desabrigamento das unidades de acolhimento institucional da Assistência Social, auxiliando o processo de reconstrução de suas vidas.

i) Auxílio Desabrigamento, enxoval incluindo itens básicos de vestuário, cama, banho e material de higiene destinado às situações de desabrigamento das unidades de acolhimento institucional da Assistência Social, auxiliando o processo de reconstrução de suas vidas.

j) Auxílio Higiene, no contexto da pandemia do COVID – 19, incluindo itens básicos de limpeza e higiene como: água sanitária e desinfetantes, sabão, sabonete e detergente.

2.9. Segurança Alimentar

No que diz respeito às ações de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Viva Leite e os restaurantes populares Bom Prato apresentam-se como importante instrumento de redução das despesas de indivíduos e famílias, prioritariamente em situação de pobreza e extrema pobreza. O município de Santos conta com 4 unidades de restaurantes populares Bom Prato:

- Restaurante Bom Prato Mercado;
- Restaurante Bom Prato Morros; • Restaurante Bom Prato Zona Noroeste;
- Restaurante Bom Prato Rádio Clube.

Desafios Identificados

População em Aglomerados Subnormais: Segundo dados do IBGE de 2010, aproximadamente 9,13% da população de Santos residia em aglomerados subnormais,

indicando a presença de áreas com infraestrutura precária e acesso limitado a serviços básicos.

Desigualdades Sociais: A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE aponta para a necessidade de análises mais aprofundadas sobre a qualidade de vida e os níveis de bemestar da população, evidenciando a heterogeneidade e as desigualdades sociais existentes.

Necessidade de Ampliação de Serviços: Relatórios e estudos, como o trabalho acadêmico disponível no repositório da UNIFESP, sugerem a necessidade de ampliar e aprimorar os serviços socioassistenciais para atender de forma mais eficaz às demandas da população vulnerável.

Embora Santos tenha avançado na estruturação e oferta de serviços de assistência social, é crucial continuar investindo na ampliação e qualificação desses serviços, garantindo que alcancem efetivamente todas as parcelas da população que deles necessitam. A análise contínua de indicadores sociais e a participação ativa da comunidade são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

A análise prospectiva das políticas públicas de assistência social na cidade de Santos para o período de 2026 a 2029 busca identificar as demandas emergentes e as oportunidades para aprimorar a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social, considerando o contexto socioeconômico e as tendências contemporâneas de gestão social.

Demandas e Oportunidades

Entre as principais demandas previstas para o período estão:

Ampliação da Cobertura de Serviços: A crescente demanda por serviços de assistência social, impulsionada pelo aumento da vulnerabilidade socioeconômica, exige a ampliação da cobertura dos equipamentos públicos, especialmente os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados (CREAS).

Fortalecimento da Proteção Social Básica e Especial: A integração entre as proteções básicas e especiais deverá ser aprimorada para garantir respostas mais ágeis e eficazes às situações de risco e vulnerabilidade, promovendo a articulação com políticas setoriais, como saúde, educação e habitação.

Capacitação Continuada dos Profissionais: Capacitar continuamente os profissionais da assistência social para lidar com novas demandas e metodologias emergentes, garantindo qualidade no atendimento e fortalecimento da rede de proteção.

Uso de Tecnologias para Gestão e Monitoramento: A adoção de tecnologias para o monitoramento de indicadores sociais e gestão de programas pode otimizar recursos e melhorar a qualidade do atendimento prestado.

Oportunidades Estratégicas

Parcerias Intersetoriais: A articulação com organizações da sociedade civil, universidades e o setor privado pode ampliar a abrangência e o impacto dos serviços ofertados, fortalecendo redes colaborativas de proteção social.

Inovação Social: Implementar práticas inovadoras, como projetos de empreendedorismo social e economia solidária, pode fomentar a autonomia financeira das famílias atendidas, reduzindo a dependência de programas assistenciais.

Políticas de Inclusão Digital: Garantir o acesso a tecnologias digitais e capacitação em informática para a população em vulnerabilidade pode contribuir para a inclusão social e o acesso a oportunidades de emprego e educação.

Mobilização Comunitária e Participação Social: Incentivar a participação ativa da comunidade, através do Conselho Municipal de Assistência Social, nos espaços de controle social e nas decisões políticas fortalece o protagonismo dos cidadãos e legitima as ações da assistência social.

Conclusão

O período de 2026 a 2029 representa um momento desafiador e promissor para a gestão da assistência social em Santos. A capacidade de identificar e responder às demandas emergentes, aliada ao fortalecimento de políticas inclusivas e participativas, poderá consolidar um sistema de proteção social mais robusto e eficaz, promovendo a dignidade e o bem-estar das famílias santistas.

- Ampliação do serviço de República Jovem.
- Criação de um equipamento de acolhimento institucional para crianças e adolescente com gestão compartilhada com a Secretaria de Saúde/ Departamento de Saúde Mental.
- Ampliar a rede socioassistencial integrada, com foco em proteção social básica.
- Ampliar o percentual orçamentário da Assistência Social para, no mínimo, 5% do Orçamento Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS****1) Apresentação**

A **Secretaria Municipal da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos (SEMULHER)** tem como missão a promoção de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, igualdade racial, diversidade, direitos da juventude, longevidade, acessibilidade e inclusão social. O presente diagnóstico visa estruturar os desafios e oportunidades estratégicas para a execução do **Plano Plurianual (PPA) 2026-2029**, garantindo alinhamento com os compromissos assumidos no **Plano de Governo 2025-2028**. O fortalecimento das políticas públicas em prol dos grupos vulneráveis é essencial para garantir o cumprimento dos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo uma cidade mais justa, inclusiva e equitativa.

2) Análise Retrospectiva: Problemas, Deficiências e Ausências

Nos últimos anos, a SEMULHER avançou na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos e à inclusão social. Entretanto, ainda persistem desafios estruturais e operacionais que limitam a plena efetividade dessas ações, exigindo investimentos, maior articulação intersetorial e estratégias aprimoradas de governança pública.

Na **igualdade racial**, a ausência de espaços culturais que valorizem a cultura afrobrasileira e a falta de reconhecimento oficial das comunidades quilombolas impedem a promoção da identidade e da memória coletiva. Além disso, a inexistência de um espaço físico para o Conselho Municipal dificulta a formulação e acompanhamento de políticas eficazes para a população negra, resultando em baixa visibilidade e falta de incentivo para sua valorização.

Quanto à **longevidade e melhor idade**, a falta de um Plano Municipal da Longevidade compromete a coordenação de ações voltadas à população idosa, dificultando a implementação de políticas públicas para um envelhecimento ativo e saudável. Além disso, a oferta de espaços e programas destinados a essa faixa etária ainda é limitada, prejudicando sua inclusão e participação social.

Na **criança e juventude**, há uma carência significativa de equipamentos públicos que atendam às necessidades da juventude, especialmente em áreas periféricas, limitando oportunidades de lazer, cultura e qualificação profissional. A ausência de espaços de socialização e capacitação contribui para a vulnerabilidade social dos jovens, aumentando os riscos de exclusão e falta de perspectivas de futuro.

Para as **pessoas com deficiência**, a acessibilidade ainda é um desafio grave, com infraestrutura urbana inadequada e escassez de iniciativas voltadas à inclusão plena. A ausência de fiscalização eficaz compromete o cumprimento das legislações existentes e dificulta o acesso desse público a serviços essenciais, como educação, saúde e empregabilidade.

No que se refere a diversidade, a falta de proteção e apoio para a população LGBTQ+, que já enfrenta discriminação e violência, é agravada pela ausência de abrigos específicos, aumentando sua vulnerabilidade e exposição a riscos.

No que se refere às **políticas para mulheres**, a falta de programas de autonomia financeira e empreendedorismo feminino compromete a emancipação econômica das mulheres, dificultando sua saída de ciclos de violência e dependência financeira. O Programa “Eu me Defendo” ainda não atinge todas as mulheres que necessitam desse suporte, e ações de empoderamento feminino precisam ser ampliadas.

O Procon tem como função ser um canal direto, encontrar problemas ou dúvidas no mercado com os consumidores da Cidade, possui uma interface com a sociedade. É importante a necessidade da comunicação direta com os consumidores. Para desenvolver melhor gestão, o Departamento visa levar a educação financeira e o consumo consciente, entre outros programas, às escolas municipais, por exemplo, assim como trazer núcleos especializados que atendam suas demandas.

Hoje em dia, o maior problema relacionado aos consumidores é a facilidade em conseguir crédito no mercado, ocasionando o superendividamento que ocasiona diversos problemas, além disso tem as compras online que “assediam” os consumidores

Os conselhos, como gestores dos fundos, são responsáveis pela alocação estratégica dos recursos, baseada em um diagnóstico municipal atualizado que orienta o plano anual de ações e o plano de aplicação. Esses instrumentos garantem uma gestão eficiente, integrada ao orçamento municipal. Suas principais atribuições incluem a realização de diagnósticos, elaboração de planos, acompanhamento das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), definição de critérios para financiamento de projetos, monitoramento da execução dos recursos e divulgação de resultados. No entanto, conselhos com menor estrutura e recursos enfrentam dificuldades para cumprir essas responsabilidades, exigindo estratégias para fortalecer sua atuação e garantir o uso eficiente dos fundos.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Diante dos desafios identificados, foram mapeadas demandas prioritárias e oportunidades de fortalecimento das políticas públicas para o ciclo 2026-2029, garantindo uma gestão mais eficiente e inclusiva.

Na **igualdade racial**, é fundamental a **criação do Centro Cultural Pai Felipe, na Vila Mathias**, como espaço de valorização da cultura afro-brasileira e promoção da memória histórica, além disso, o centro abrigará futuramente o **Conselho Municipal de Igualdade Racial e Étnica** permitindo um monitoramento mais eficiente das políticas públicas voltadas à população negra. Outra ação essencial é o **incentivo ao roteiro históricocultural da presença negra e dos quilombos em Santos**, contribuindo para o reconhecimento e preservação dessa identidade cultural.

Em **longevidade e melhor idade**, a **criação do Plano Municipal da Longevidade** garantirá ações intersetoriais voltadas ao bem-estar da população idosa. Além disso, a

ampliação de programas voltados à longevidade ativa, com parcerias comunitárias e fortalecimento da participação social, proporcionará maior qualidade de vida a esse público.

Para as **crianças e juventude é essencial** oferecer atividades educativas, culturais e esportivas, garantindo oportunidades e alternativas de desenvolvimento para os jovens em situação de vulnerabilidade social.

Na **pessoa com deficiência**, é prioritário **ampliar o programa de acessibilidade em todas as regiões da cidade**, garantindo infraestrutura inclusiva e o cumprimento das normas de acessibilidade nos serviços públicos e espaços urbanos.

Uma das importantes demandas da pauta para a atual gestão seria a criação do abrigo LGBT+, com gestão compartilhada com a SEDS.

No campo das **políticas para mulheres**, algumas das principais ações a serem implementadas incluem a **criação do Banco da Mulher Empreendedora**, facilitando acesso ao crédito e capacitação, e a **implantação da Casa da Mulher**, um espaço de acolhimento com serviços integrados voltados à proteção e ao desenvolvimento da mulher. Além disso, a **ampliação do Programa “Eu me Defendo”** contribuirá para fortalecer ações de empoderamento feminino e segurança pessoal.

No que diz respeito ao acesso à justiça gratuita é necessário ampliar os recursos disponíveis para garantir o acesso de pessoas vulneráveis ao Poder Judiciário.

O Departamento de Articulação fortalece a participação da sociedade civil por meio dos Conselhos Municipais, incentivando o envolvimento popular e a gestão dos fundos municipais. Sua atuação se baseia no diálogo, confiança e pluralidade democrática, acompanhando programas como Rede Família, Formação Continuada e Orçamento Criança e Adolescente.

Os Conselhos Municipais podem fortalecer sua atuação e ampliar a captação de recursos por meio dos fundos aos quais estão vinculados, garantindo um melhor atendimento aos seus públicos-alvo. Para isso, é fundamental manter um diálogo constante com a gestão orçamentária municipal e participar ativamente do planejamento e controle financeiro, assegurando a efetividade das políticas de proteção e garantia de direitos.

- Incentivar o empreendedorismo feminino, por meio de políticas públicas que promovam a autonomia econômica e a inclusão produtiva das mulheres.
- Desenvolver ações voltadas à prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, com foco na proteção, acolhimento e garantia de direitos.
- Apoiar iniciativas de educomunicação como instrumento de formação cidadã, participação social e fortalecimento do pensamento crítico, especialmente junto à comunidade escolar.

- Estimular práticas educativas e comunicativas voltadas à promoção da cidadania, da diversidade e da equidade social.
- Ampliar os mecanismos de participação popular na gestão pública, com incentivo ao diálogo entre sociedade civil e poder público.
- Fortalecer os conselhos municipais como espaços permanentes de controle social, deliberação e formulação de políticas públicas.
- Desenvolver projetos que promovam a inclusão, a acessibilidade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.
- Combate ao racismo com implementação da legislação (lei nº 4.331, de 17 de outubro de 2023) que prevê a capacitação de servidores municipais em relações étnico-raciais.
- Ampliar em 20 vezes o valor do Fundo Municipal da Igualdade Racial e Combate ao Racismo de Santos no Orçamento Municipal.
- Ampliar em 20 vezes o valor do Fundo Municipal da Mulher de Santos no Orçamento Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**1) Apresentação**

A Secretaria da Casa Civil, visa promover e articular as relações institucionais do Poder executivo com o Poder e legislativo e com a sociedade civil organizada, estabelecer e fomentar a interlocução governamental no território, bem como promover e articular as relações entre os municípios da região metropolitana da Baixada Santista.

Cabe, ainda, assistir diretamente o Prefeito no desempenho de suas atribuições, especialmente na gestão dos órgãos e das entidades da Administração Pública e na coordenação, integração, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências**Assessoria de Assuntos Legislativos**

O grande desafio nas relações Executivo / Legislativo é o cumprimento dos prazos para as respostas dos requerimentos pelo Artigo 58 da LOM; a alta demanda na abertura de processos digitais que contém as solicitações dos nobres edis enviadas por meio de Indicações e Requerimentos (cerca de 16.000 abertos em 2024); instabilidade no sistema de processos digitais.

Assessoria de Assuntos Metropolitanos e Convênios

Um ponto a se destacar é a necessidade de cada vez mais implementar no município a visão do funcionamento dos convênios, para que a captação de recursos seja melhor utilizada pelas Secretarias, desta forma os repasses serão melhor utilizados em projetos estratégicos e / ou prioritários.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Manter aberto o diálogo com a Câmara Municipal para o desenvolvimento em parceria, de um sistema de atendimento das demandas.

- Cumprir os prazos para as respostas dos requerimentos pelo Artigo 58 da LOM;
- Abertura de processos digitais a partir das solicitações dos nobres vereadores enviadas através de Indicações e Requerimentos;
- Elaboração de ofícios respostas;
- Parceria com a Câmara Municipal para que as demandas e as solicitações sejam 100% digitais;
- Intermediar a gestão dos servidores comissionados na Câmara Municipal;

Plano Plurianual 2026 a 2029

- Acompanhar na Câmara Municipal os Projetos de Lei apresentados pelo Executivo;
- Participar das Sessões Ordinárias;
- Acompanhar e participar das Audiências Públicas solicitadas pela Câmara Municipal;
- Executar as tarefas que são afetas por Lei e de acordo com o Plano Geral de Governo;
- Apoiar e participar de cursos, palestras, seminários para capacitação da equipe;
- Executar outras tarefas correlatas a esta Secretaria.

Assessoria de Assuntos Metropolitanos e Convênios

- Trabalhar na captação e monitoramento dos convênios estaduais e federais monitoramento das emendas parlamentares estaduais e federais.
- Intermediação e atuação entre as secretarias municipais com as esferas governamentais relacionadas a gestão de convênios e emendas parlamentares
- Cumprir as metas no Plano Plurianual de governo na respectiva área de competência.
- Gestão de Portfólio de projetos Estratégicos e Prioritários, Gestão de Convênios com esfera estadual e federal.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS**1) Apresentação**

A Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais tem por objetivo desenvolver e implantar a política municipal de zeladoria pública aprimorando e executando serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema viário, edifícios e logradouros públicos, além de gerenciar os serviços recomposição asfáltica (tapa buraco), poda de árvores, corte de grama, paisagismo, limpeza de galerias de drenagem, e de fiscalizar comércio ambulante, feiras e bancas de jornais, código de posturas dos logradouros e descarte irregular fiscalizando ainda os serviços das concessionárias de fornecimento de água e esgoto, dentre outros. A frente dos Cemitérios Municipais, englobando a zeladoria e demais serviços realizados. Atuamos também em locais degradados na recuperação ambiental para melhor aproveitamento pela comunidade dos locais públicos. Em parceria com a Polícia Militar, também atuamos em operações de forças tarefas com a finalidade de coibir o descarte irregular em locais públicos e descumprimentos aos códigos de posturas no que se refere ao uso e cuidado de locais públicos.

Além da Zeladoria Pública a SEPREF é ainda responsável por articular com as comunidades e demais pastas ações que vão além da zeladoria, realizando e apoiando eventos comunitários, articulando com as comunidades ações de melhorias nos bairros, mediante atendimento de solicitações de serviços de manutenção e conservação de logradouros, formação nas Ecofábricas através do Ocupa Ecofábrica, Programa Cidade Verde dentre outros.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

2.1. Furtos e depredação de equipamentos públicos que causam retrabalhos, improdutividade e atrasos na execução dos serviços de zeladoria, além de gasto do recurso público em duplicidade para repor o objeto furtado ou danificado;

2.2. Deslizamento das áreas dos morros com necessidade de obras emergenciais demandadas pela Defesa Civil do município;

2.3. Aumento da população em situação de rua nas vias e logradouros públicos, que geram aumento de resíduos que devem ser recolhidos diariamente, danos a contentores de lixo com necessidade de constantes reposições e danos ao patrimônio público;

2.4. Aumento do número de prédios públicos construídos no município gerando aumento dos serviços de manutenção e zeladoria;

2.5. Drenagem subdimensionada face aos inúmeros empreendimentos plurihabitacionais construídos na cidade, impermeabilizando solos antes permeáveis;

2.6. Corte de grama e mato pela cidade. Com a proibição da capinação química, em razão dos riscos de contaminação ambiental dos lenções freáticos, o serviço de corte de grama se tornou mais frequente exigindo um aumento significativo no número de operadores de poda e equipamentos, além de aumentar os custos operacionais. Em períodos de chuvas e calor, o vegetal cresce rapidamente e o corte deve ser com maior frequência de tempo;

- 2.7. Falta de espaço físico para os despojos dos Cemitérios Municipais;
- 2.8. Descarte irregular em vias públicas, que prejudicam a rede de drenagem;
- 2.9. Buracos em calçadas particulares, causando risco de queda além de concentrar mato dando aspecto de abandono;
- 2.10. Ruas com buracos necessitando repavimentação;
- 2.11. Locais em vulnerabilidade sem acesso à cultura e lazer;
- 2.12. Falta de articulação entre secretarias, dificultando ações conjuntas para resolução ágil de problemas comuns a diversas pastas.
- 2.13. Grande quantidade de fios de ligação clandestinas e de concessionárias em postes públicos, que constantemente são rompidos por veículos de grande porte colocando em risco a segurança de pedestres, além de provocar uma grande demanda de ocorrência de manutenção.
- 2.13. Grande extensão de rede de água e esgoto em estado precário o que provoca inúmeros abatimentos de solos com surgimento de buracos e danos a camada asfáltica, podendo causar graves acidentes, além de comprometer a manutenção viária.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

- 3.1. Implementar o aumento da compra e instalação de materiais antivandalismo, com alteração do tipo de material de menor valor comercial sem interesse econômico, chumbamento de caixas e instalação de gradil que dificultem o furto, etc.
- 3.2. Execução de obras de contenção de encostas, muros de arrimo, remoção de moradias em área de risco necessárias conforme laudo da Defesa Civil. Ação que demanda custos específicos para as obras emergenciais não previstos.
- 3.3. Aumento do efetivo de mão de obra para execução dos serviços de manutenção para atender aos novos equipamentos públicos. Ação com acréscimo de custo não previsto.
- 3.4. Reurbanização dos espaços com descarte irregular, visando melhoria das calçadas, urbanização e paisagismo. Implantação de sistema de monitoramento. Ação feita com contratos de serviços das Prefeituras Regionais em sua área de abrangência.
- 3.5. Dimensionamento e diagnóstico das dimensões da rede de drenagem, além da melhoria do contrato da drenagem com maior eficiência e velocidade na limpeza, incluindo aquisição e modernização de equipamentos, para o mais rápido escoamento das águas, evitando possíveis alagamentos.
- 3.6. Melhoria do contrato de corte de grama com aumento do número de equipes setorizadas nas Prefeituras Regionais, aprimorando o serviço e evitando a aparência depreciada pelo crescimento do mato. Aumento do contrato de serviços de manutenção para atender as Prefeituras Regionais, com acréscimo de equipes para corte de mato indevido em calçadas e sarjetas, atendendo a demanda.
- 3.7. Melhorias e modernização das áreas internas dos Cemitérios Municipais, além de estudo e contratação de serviço de incineração de despojos.

3.8. A modernização e ampliação do serviço de podas na cidade.

3.9. Assumir de forma gradativa as manutenções das calçadas, através da implantação do Programa de Recuperação Emergencial de calçadas para garantir o aumento da capacidade de capinação das calçadas da nossa cidade e o fechamento de trincas e buracos evitando o renascimento de matos.

3.10. Criação do sistema de controle de fiscalização das concessionárias

3.11. Criação da Comissão de controle interno de contratos, para maior controle dos contratos e serviços.

3.12. Investimento em ações para amenizar as enchentes na Zona Noroeste.

3.13. Repavimentação de ruas que necessitam de intervenção pontual.

3.14. Desassoreamento de todos os canais da nossa cidade.

3.15. Implantação dos postos avançados de zeladoria.

3.16. Recuperação emergencial dos taludes dos canais, com o uso do contrato de drenagem via Prodesan.

FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS**1) Apresentação**

A Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), criada em 15 de dezembro de 1995 pela Lei Complementar Municipal nº 196, é uma instituição que trabalha no apoio à Administração Municipal no que se refere ao gerenciamento dos arquivos públicos processados pela Prefeitura de Santos, além da memória documental e iconográfica da Cidade, garantindo sua guarda, preservação e disseminação desse patrimônio. Nossa missão é a salvaguarda de 3,5 milhões de processos e de mais de 300 mil unidades de imagens, plantas e mapas.

Estamos divididos nos seguintes setores: documental, cartográfico, iconográfico, memória oral, educação patrimonial, gestão documental, pesquisa e memória, digitalização, restauro, manutenção, administrativo e financeiro, presidência e secretaria.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

A Fundação Arquivo e Memória de Santos atende diretamente aos munícipes quando da necessidade na obtenção de processos administrativos, relacionados a diversas finalidades, tais como aprovação de obras, obtenção de alvarás, solicitação de serviços públicos, entre outros, assim como a própria administração no que tange à guarda de processos licitatórios, pagamento e liquidação de compras, entre outros diversos procedimentos de ordem administrativa, incluindo a tramitação de recursos humanos.

Hoje, a FAMS apresenta dificuldades no que se refere aos espaços dos arquivos, pois os dois prédios locados, arquivo intermediário e permanente, estão com sua capacidade quase máxima para salvaguarda dos documentos.

Além disso, há a necessidade urgente da criação de gratificações, além de um quadro de funcionários próprios, uma demanda já apontada pelo Tribunal de Contas. No entanto, a implementação dessa medida depende da disponibilização de recursos, o que exige planejamento orçamentário e estratégico.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Podemos identificar diversas demandas e oportunidades relacionadas ao contexto atual da instituição. Vamos dividi-las em duas categorias: demandas e projetos.

Demandas

A Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS) enfrenta uma série de desafios estruturais e operacionais que impactam diretamente sua capacidade de preservação, gestão e disponibilização de documentos históricos e administrativos. Essas demandas envolvem a ampliação da infraestrutura física e humana, investimentos em tecnologias modernas, melhorias nos processos de preservação e organização, além de uma maior adequação orçamentária para sustentar os projetos de longo prazo. A seguir, detalharemos

as principais demandas que precisam ser atendidas para garantir o fortalecimento da Fundação.

1. **Ampliação da FAMS** ○ **Demanda:** Para melhorar os serviços prestados, é necessário expandir a mão de obra especializada, o espaço físico e os equipamentos, garantindo maior agilidade no atendimento e na gestão documental. Além disso, a ampliação permitirá a redução dos arquivos físicos conforme suas temporalidades. ○ **Necessidade:** Investir na contratação de profissionais qualificados, na ampliação da infraestrutura e na modernização dos equipamentos, otimizando a organização e agilizando os processos de descarte e digitalização.
2. **Prédio próprio da FAMS** ○ **Demanda:** O Tribunal de Contas determinou a necessidade de um prédio próprio e adequado para o armazenamento de arquivos e para a equipe, além da criação de um quadro de funcionários próprios. A mudança deve atender às exigências da LGPD e garantir a segurança dos arquivos permanentes e históricos.
 - **Necessidade:** Construção ou aquisição de um prédio adequado, com infraestrutura específica para a conservação documental. Ademais, será essencial contar com uma equipe especializada para digitalização e transferência dos arquivos, garantindo que apenas documentos necessários sejam realocados de forma organizada e integrada a um sistema de gestão eficiente.
3. **Melhorias na Conservação de Documentos** ○ **Demanda:** A preservação de documentos antigos e frágeis é uma preocupação constante, exigindo melhores condições de armazenamento e manuseio. ○ **Necessidade:** Aquisição de mais insumos, equipamentos, prateleiras e contratação de mão de obra especializada para garantir a conservação adequada e prolongar a vida útil dos documentos históricos.
4. **Capacitação e Treinamento** ○ **Demanda:** Existe a necessidade de capacitação dos funcionários para melhorar o manuseio e a gestão de documentos, especialmente com a introdução de novas tecnologias.
 - **Necessidade:** Oferecer programas de treinamento e desenvolvimento profissional para os funcionários da FAMS, com foco em gestão documental e uso de sistemas informatizados.
5. **Suplementação Orçamentária** ○ **Demanda:** Sempre que houver custos adicionais decorrentes de novas portarias ou regulamentações, é fundamental que o impacto financeiro seja coberto no mesmo ano de sua implementação. Isso evita prejuízos ao orçamento previsto no ano anterior. ○ **Necessidade:** Garantir que toda suplementação necessária seja aprovada e incluída no orçamento vigente, assegurando a continuidade das operações sem comprometer o planejamento financeiro da FAMS.
6. **Gestão de Documentos Eletrônicos** ○ **Demanda:** Atualmente, a FAMS é responsável pela gestão dos arquivos físicos da Prefeitura Municipal de Santos, enquanto os documentos eletrônicos ainda não estão sob sua administração. Caso essa responsabilidade seja transferida para a FAMS, será necessário um reforço estrutural significativo.

- **Necessidade:** Ampliação da equipe especializada, aquisição de equipamentos adequados e infraestrutura de TI para suportar a gestão digital. Além disso, é fundamental que os custos dessa nova atribuição sejam devidamente suplementados, considerando que a fundação já opera com um déficit de mão de obra para suas atividades atuais.

Projetos

Os projetos da FAMS buscam não apenas a preservação do patrimônio histórico, mas também a modernização e acessibilidade dos arquivos, alinhando as necessidades de gestão documental com o uso de tecnologias avançadas. A seguir estão descritos os projetos em andamento e as iniciativas futuras que visam melhorar os serviços da Fundação.

1. **Digitalização e Modernização do Arquivo** ○ **Oportunidade:** A digitalização dos arquivos pode resolver vários problemas de espaço e garantir a preservação dos documentos. Outrossim, torna a informação mais acessível para os cidadãos e facilita os processos administrativos.
 - **Solução:** Buscar investimentos para a compra de equipamentos de digitalização e o desenvolvimento de sistemas de gestão eletrônica de documentos (GED), aproveitando as vantagens da tecnologia para melhorar a eficiência dos serviços.
2. **Captação de Recursos e Parcerias** ○ **Oportunidade:** Há uma oportunidade de buscar recursos por meio de **parcerias público-privadas (PPP), fundos de preservação histórica**, e até mesmo **convênios com universidades** para apoiar o trabalho de arquivamento e conservação de documentos. ○ **Solução:** A FAMS pode se alavancar em parcerias com organizações que têm interesse no patrimônio histórico e na preservação de documentos para garantir apoio financeiro e técnico.
3. **Promoção do Uso de Arquivos Públicos para Transparência e Cidadania** ○ **Oportunidade:** A FAMS pode aproveitar a crescente demanda por **transparência pública e acesso à informação** para tornar seus arquivos mais acessíveis ao público em geral, reforçando o papel da Fundação como facilitadora da cidadania.
 - **Solução:** Implementar plataformas digitais que permitam ao cidadão acessar processos administrativos, alvarás e outros documentos de interesse público de forma simples e rápida.
4. **Adoção de Arquivos Digitais como Modelo Sustentável** ○ **Oportunidade:** A digitalização não só resolve a falta de espaço, mas também pode se tornar um modelo sustentável, reduzindo custos com armazenamento físico e manutenção de grandes volumes de documentos.
 - **Solução:** Investir na criação de um arquivo digital permanente, permitindo que o acesso e a preservação de documentos sejam feitos de maneira mais eficiente e ecologicamente sustentável.

5. Visibilidade e Valorização do Patrimônio Arquivístico

- **Oportunidade:** Ao digitalizar documentos históricos ou de interesse público, a FAMS pode criar um acervo online acessível, promovendo a história local e o patrimônio de Santos.
- **Solução:** Desenvolver projetos de curadoria digital que possam não apenas preservar, mas também promover o arquivo como uma ferramenta de educação e cultura, atraindo o interesse de turistas, estudantes e pesquisadores.

6. Agenda Anual e Calendário Histórico ○ **Oportunidade:** A Fundação já produz calendários anuais com menções históricas. A ampliação desse material com uma agenda permitirá maior valorização das datas importantes para a cidade de Santos, além das nacionais e estaduais.

- **Solução:** Criar uma agenda anual complementar ao calendário da Fundação, incluindo menções históricas relevantes para o município, reforçando a identidade cultural da cidade e promovendo a memória coletiva.

7. Procissão e Missa de Santa Catarina ○ **Oportunidade:** A celebração anual de Santa Catarina tem grande valor histórico, pois remete ao Outeiro de Santa Catarina, primeiro local da cidade de Santos. ○ **Solução:** Instituir oficialmente a realização anual da missa e procissão em homenagem a Santa Catarina no dia 25 de novembro, promovendo a valorização histórica e cultural do local onde a cidade teve início.**8. Livros Anuais sobre a História de Santos** ○ **Oportunidade:** Registrar as datas e eventos históricos importantes não só para a Fundação, mas para toda a cidade de Santos, garantindo que a memória local seja preservada e difundida.

- **Solução:** Publicar livros anuais contendo informações sobre momentos marcantes da cidade, promovendo a educação patrimonial e incentivando o interesse pela história local.

9. Implementação de Inteligência Artificial para Projetos Históricos ○ **Oportunidade:** A tecnologia pode ser usada para facilitar o acesso à história da cidade em espaços públicos, criando uma experiência interativa e educativa para moradores e visitantes. ○ **Solução:** Desenvolver e implementar informativos interativos em praças, ruas e locais históricos, utilizando inteligência artificial para oferecer conteúdo dinâmico e acessível sobre a história de Santos.

A FAMS, ao atender essas demandas e aproveitar as oportunidades, pode melhorar significativamente a gestão de arquivos e documentos, além de se tornar mais eficiente, transparente e acessível para os cidadãos e a administração pública de Santos.

FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTES DE SANTOS**1) Apresentação**

A Fundação Pró-Esporte de Santos tem como objetivo fomentar o esporte de alto rendimento da cidade, viabilizando a política municipal de esportes de competição em todos os níveis de modalidades, assistindo as equipes que representam a cidade em competições oficiais e provendo suas necessidades.

2) Análise Retrospectiva: identificar os problemas, deficiências e ausências

Devido ao número crescente de competições e a necessidade de transporte dos atletas, a Fundação vem apresentando dificuldades em atender a alta demanda em transporte, das diversas modalidades presentes nesta Instituição. A busca por novos meios de transporte irá promover um melhor planejamento, para futuras competições, das várias modalidades, ao longo dos anos.

Além disso, verifica-se a ausência de um setor jurídico, essencial, a fim de resolver as questões jurídicas, que envolvem esta Fundação.

Há também, a necessidade da criação de quadro de funcionários próprios, matéria essa, apontada pelo Tribunal de Contas, sendo certo que, há necessidade de recursos para que possa ser implementada, bem como, a necessidade de implantação de um programa de contratação de estagiários através de entidades especializadas, para atender as demandas técnicas e administrativas.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

Desenvolver projetos para captação de recursos, através de programas de incentivo dos governos Municipal, Estadual e Federal, bem como, criar um setor jurídico e ampliar a frota de transporte para esta Fundação.

Além disto, a Fundação encontra-se em nova sede, mais segura e moderna, adequada ao atendimento de atletas de alto rendimento.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SANTOS**1) Apresentação**

O IPREVSANTOS foi instituído pela Lei Complementar Municipal nº 592, de 28 de dezembro de 2006, na forma de Autarquia Pública Municipal, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o custeio de pagamentos dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Temos por missão garantir a concessão e pagamento de benefícios com a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial aos servidores públicos de Santos e seus dependentes.

Além disso, dentro de suas atribuições, temos o trabalho constante em manter vigente o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, trazendo evolução permanente para toda estrutura do Instituto e auxiliando diretamente a gestão municipal. Podemos aqui destacar, a certificação Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – PRÓ GESTÃO e a Certificação - ISO Antissuborno, esta última obtida de forma inédita entre os Regimes Próprios de Previdência do país, como exemplos do tipo de aperfeiçoamento realizado.

Portanto as ações a serem planejadas continuarão com o processo de aperfeiçoamento institucional entregando aos segurados, servidores públicos municipais, segurança, transparência e excelência nos processos de gestão.

2) desafios, deficiências e ausências

A administração previdenciária tem como um dos principais desafios equilibrar as necessidades de curto prazo, tanto do próprio Instituto como da gestão Municipal, com as obrigações de longo prazo e seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse sentido a busca constante do conhecimento técnico e legislativo auxilia o trabalho e segue sendo um desafio permanente em busca do financiamento previdenciário. Alinhar as projeções orçamentárias, financeiras, contábeis e administrativas com o custeio dos benefícios e a legislação vigente se torna uma rotina incansável na gestão institucional de excelência.

Por fim, destacamos a construção e o aprimoramento dos processos de trabalho, padronizações, planejamento e comunicação para que toda iniciativa que contribua para o PLANO PLURIANUAL 2026 a 2029 aumento de eficiência na gestão dos departamentos seja absorvida da melhor forma possível pelas equipes de trabalho e apresente resultados contínuos de longo prazo.

3) Demandas e oportunidades

O IPREVSANTOS dará prioridade à gestão de ativos e passivos, com vistas à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, e a modernização da gestão

Continuaremos com o processo de lapidar a estrutura institucional, pautado em nossos três pilares essenciais: Controle Interno, Governança Corporativa e Educação Previdenciária. Assim destacamos as principais demandas e oportunidades:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos;
- b) Aprimoramento da gestão do quadro de pessoal;
- c) Incremento da produtividade, redução de custos e do retrabalho;
- d) Transparência e facilidade de acesso à informação;
- e) Perpetuação das boas práticas, pela padronização;
- f) Excelência na prestação de serviços aos segurados, beneficiários e seus dependentes;
- g) Evolução na consolidação da base de dados;
- h) Evolução na padronização das análises de investimentos;
- i) Incremento dos aspectos de comunicação com os segurados;

CAIXA DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO DE SANTOS**1) Apresentação**

A CAPEP-SAÚDE, Caixa de Assistência ao Servidor Público Municipal de Santos, tem como missão oferecer aos seus mutuários assistência médica com eficiência e sustentabilidade, bem como promover ações de prevenção, proporcionando melhoria da saúde e qualidade de vida. Através de uma gestão eficiente e comprometida, a CAPEPSAÚDE busca garantir o acesso à saúde preventiva, curativa e de especialidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos servidores públicos municipais.

Para o período do PPA 2026-2029, a CAPEP-SAÚDE estabeleceu metas claras e estratégicas com o objetivo de aprimorar a assistência à saúde. Entre essas metas estão a expansão e modernização da rede credenciada, a atualização da legislação, a ampliação da infraestrutura e a introdução de novas clínicas e serviços especializados, visando atender de forma mais eficiente a crescente demanda de seus beneficiários.

2) Análise Retrospectiva: Identificar os problemas, deficiências e ausências

A análise retrospectiva foca na avaliação das ações da CAPEP-SAÚDE no quadriênio anterior (2022-2025), identificando pontos críticos e áreas que necessitam de melhorias. Alguns dos principais desafios e deficiências observados incluem:

- **Limitações na Rede Credenciada:** Apesar dos esforços para ampliar a rede de credenciamentos, ainda existem lacunas em algumas especialidades médicas, o que tem gerado dificuldades no acesso a serviços médicos e hospitalares para alguns servidores e seus dependentes.
- **Gestão Administrativa e Legislação Desatualizada:** A estrutura administrativa da CAPEP-SAÚDE e sua legislação estão desatualizadas, o que gera desafios para a implementação de novos processos e serviços. A legislação vigente não acompanha as necessidades emergentes e as mudanças no setor de saúde, o que dificulta a adequação dos serviços à realidade atual.
- **Infraestrutura Insuficiente:** A infraestrutura da sede da CAPEP-SAÚDE e as condições de atendimento são precárias, com instalações antigas que não acompanharam o crescimento da demanda por serviços de saúde. A falta de modernização compromete a eficiência no atendimento e a experiência dos beneficiários.
- **Atendimento Limitado em Especialidades Médicas:** A falta de uma clínica própria para atendimentos especializados deixa a CAPEP-SAÚDE dependente de serviços externos, resultando em limitações no acesso rápido e contínuo a diversas especialidades médicas.
- **Processos Administrativos Morosos:** Muitos processos administrativos não estão suficientemente automatizados, o que dificulta o acesso ao histórico informações de forma ágil e eficiente.

3) Análise Prospectiva: Demandas e Oportunidades

A análise prospectiva busca identificar as principais demandas futuras para os próximos anos (2026-2029), além das oportunidades que podem ser exploradas para otimizar os serviços prestados pela CAPEP-SAÚDE:

- **Expansão e Modernização da Rede Credenciada:** Existe uma demanda crescente por serviços médicos e hospitalares especializados. A CAPEP-SAÚDE deve investir na expansão contínua da rede credenciada, com foco na inclusão de novas especialidades, ampliação da cobertura geográfica e atualização das condições de atendimento. A capacitação de novos parceiros e o fortalecimento da rede de apoio aos servidores serão essenciais.
- **Atualização e Modernização da Legislação:** Uma das principais oportunidades é a revisão da Lei 771, de 29 de junho de 2012, que rege a CAPEP-SAÚDE, com a criação de novos marcos regulatórios visa garantir maior eficiência, sustentabilidade e qualidade nos serviços oferecidos.
- **Atualização da legislação de financiamento da CAPEP-SAÚDE** visando a garantia do equilíbrio financeiro, ampliação do rol de procedimentos, com definição de novos critérios de financiamento e das obrigações legais, garantindo mais cobertura e benefícios para os usuários.
- **Implantação de Clínica Própria de Especialidades:** A CAPEP-SAÚDE tem uma grande oportunidade de consolidar a implantação de uma clínica própria de especialidades, que permitirá um atendimento mais rápido e eficiente para os servidores e seus dependentes. A clínica deverá abranger especialidades de alta demanda e com número insuficiente de prestadores.
- **Modernização da Infraestrutura e Reforma da Sede:** A reforma da sede da CAPEPSAÚDE e a atualização das instalações, são fundamentais para acomodar a crescente demanda por serviços. A modernização da infraestrutura garantirá um atendimento mais ágil, melhor organização e um ambiente mais acolhedor para os servidores e mutuários.
- **Inovações na Gestão e Processos Administrativos:** O uso de novas tecnologias para automatizar e modernizar a gestão administrativa da CAPEP-SAÚDE representa uma grande oportunidade. A implementação de sistemas digitais para agendamento no atendimento, gestão de documentos, cadastros e atendimento ao servidor contribuirá para a redução de custos operacionais e aumento da eficiência no atendimento.
- **Atenção à Saúde Preventiva:** Há uma crescente demanda por programas de saúde preventiva, como campanhas de vacinação, acompanhamento de doenças crônicas, educação em saúde e estímulo às atividades físicas. A CAPEP-SAÚDE pretende expandir essas ações com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos mutuários e reduzir a demanda de tratamentos de doenças crônicas.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS**1) Apresentação**

A Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS) é uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Complementar Municipal nº 736 de 07 de outubro de 2011, atualizada pela Lei Complementar Municipal nº 1080 de 27 de dezembro de 2019. Sua missão permanece centrada em fomentar o desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social, por meio da inovação aplicada à economia e à educação destinadas à comunidade, fortalecendo a imagem do Município de Santos como Cidade da Tecnologia e do Conhecimento.

Os objetivos estatutários da FPTS incluem, mas não se limitam, a:

- Gerenciar o Parque Tecnológico de Santos e seus respectivos planos, programas e ações;
- Atuar como agência de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Competitividade, inclusive para formação e ensino;
- Realizar atividades especializadas relativas ao desenvolvimento tecnológico, científico e de inovação vinculado ao Parque Tecnológico de Santos, especialmente na forma de programas tecnológicos ou projetos, envolvendo pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, protótipos, unidades-piloto, inovação de produtos e processos tecnológicos;
- Administrar núcleos, centros de pesquisa e incubadoras tecnológicas;
- Credenciar instituições e empresas que realizem atividades vinculadas à inovação, pesquisa e desenvolvimento;
- Promover cursos, feiras, seminários, conferências, palestras e eventos relacionados aos objetivos institucionais;

As ações, planos e projetos são conduzidos em parceria com universidades públicas e privadas, Sistema S (SEBRAI, SENAI, SENAC etc.), governos municipais, estaduais e federal, agências de fomento, entidades associativas, organizações do terceiro setor, rede municipal e estadual dos ensinos fundamental e médio e empreendedores dos diversos setores econômicos.

2) Desafios, deficiências e ausências

Durante o período do Plano Plurianual 2022-2025, a FPTS avançou significativamente na conclusão do prédio Núcleo do Parque Tecnológico de Santos, com infraestrutura adequada para coworking, startups, laboratórios e incubadoras, permitindo a execução bem-sucedida de diversos projetos e programas com impacto positivo que demonstraram o potencial da instituição como braço executivo de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico e econômico regional. Contudo, persistem desafios estruturais e conjunturais identificados anteriormente, dentre novos:

- Escassez persistente de empreendedores inovadores e modesto grau de maturidade das iniciativas intensivas em conhecimento, pesquisa e tecnologia da região, com consequente dificuldade na geração de novos negócios;

- Ecossistema local, apesar de avanços observados, ainda fortemente orientado à busca pelo vínculo empregatício estável em detrimento do empreendedorismo inovador, possivelmente associada a fatores socioeconômicos indutores da aversão ao risco, e do aprofundamento acadêmico necessário à pesquisa aplicada – este último potencialmente influenciado pela dificuldade no acesso a subvenções que permitam a dedicação exclusiva;
- Baixo número de projetos incubados (apenas uma empresa ao final de 2024), em que pese o número expressivo de iniciativas empreendedoras (mais de 30) associadas ao programa “*Membership*”, que oferece apoio e benefícios substanciais com valor acessível e menor fricção no processo de admissão;
- Baixa retenção inicial de empresas vinculadas devido a contratos não renovados ou encerramento das atividades empresariais;
- Dificuldades na ativação efetiva do relacionamento com universidades locais para ações conjuntas, fenômeno também observado nas relações com a iniciativa privada, ainda em processo de desenvolvimento da cultura da inovação aberta;
- Limitações operacionais do HUB de Inovação relacionadas à disponibilidade reduzida de colaboradores - em que pese a equipe ter crescido em mais de 100%, torna-se progressivamente insuficiente diante do aumento constante da demanda, gerando gargalos administrativos, técnicos e operacionais como horário de funcionamento, organização e limpeza, gestão de ativos, licitações e contratos, cumprimento de obrigações acessórias e prestação de contas, gestão da comunidade e execução de projetos;
- Necessidade de alavancar a comunicação institucional e marketing para ampliar a visibilidade das ações realizadas e do potencial transformador do Parque Tecnológico de Santos, fator determinante de sucesso no processo de aculturação visando o fomento do empreendedorismo;
- Insuficiência na captação sistemática de recursos externos via editais ou parcerias estratégicas com instituições de fomento.

3) Demandas e oportunidades

Para o período 2026 a 2029, considerando o contexto atual descrito no item anterior, destacam-se as seguintes demandas e oportunidades estratégicas:

- Ampliação da infraestrutura física do Parque Tecnológico, não apenas em tamanho, mas em grau de refinamento e sofisticação, visando ampliar o leque de serviços fornecidos e acomodar um número crescente de startups e empresas inovadoras, desde os projetos mais incipientes – os quais requerem maior aporte de recursos de apoio – até aqueles com alto grau de maturidade;
- Ampliação das equipes técnica, gestora e operacional, incluindo profissionais com perfis especializados nas áreas de interesse, capazes de agregar valor e atender às necessidades dos usuários, crescentes em número e em complexidade;
- Capacitação e valorização contínua do quadro funcional, garantindo a qualidade do trabalho produzido;
- Investimento na comunicação institucional com foco na satisfação dos usuários, histórias de sucesso e oportunidades mapeadas;

- Fortalecimento das ações de promoção da cultura empreendedora local por meio de atividades expositivas, formativas e conscientizadoras contínuas englobando não somente os ensinos básico e superior, mas todo o público em geral;
- Investir tempo e recursos na integração com universidades e empresas locais para impulsionar projetos conjuntos em pesquisa aplicada;
- Garantir a capacidade de execução de projetos e programas com recursos próprios, sem a dependência exclusiva da celebração de parcerias, mas sob nenhuma hipótese desprezando-as;
- Ampliação da oferta de serviços disponibilizados em meio digital;
- Simplificação contínua dos processos burocráticos para participação e colaboração no HUB;
- Fortalecimento das ações voltadas à inclusão tecnológica e profissional de pessoas pertencentes a grupos minorizados e/ou vulnerabilizados;
- Ampliação das parcerias estratégicas com grandes empresas e entidades associativas para oferecer benefícios exclusivos às startups associadas ao HUB;
- Ativação e potencialização das parcerias já existentes, não obstante a busca ativa e contínua por novas oportunidades;
- Foco nas verticais econômicas estratégicas da região, observando a relevância crescente e irrefreável dos aspectos que envolvem a sustentabilidade e o bem-estar social, incorporados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Emprego das melhores práticas de governança, garantindo a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos e incorporando as experiências bem-sucedidas do setor privado, respeitados, rigorosamente, os princípios da administração pública;
- Contribuição ativa na elaboração de projetos de lei que tenham por objetivo o fortalecimento do arcabouço jurídico existente e a promoção dos objetivos da FPTS;
- Consolidação do Núcleo do Parque Tecnológico como espaço centralizador regional para o empreendedorismo inovador de base tecnológica e científica.

Essas medidas visam posicionar Santos como referência nacional no ecossistema empreendedor tecnológico até 2029, gerando valor econômico sustentável, novas oportunidades de geração de renda, inclusão social efetiva e consolidação definitiva da cidade como polo tecnológico inovador.